

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**AÇÃO COMPLEMENTAR À ESCOLA: UMA ESTRATÉGIA DO**  
**INSTITUTO GUGA KUERTEN NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL**  
**DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**JULIANA GARCIA HACKEBART**

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2004**

**JULIANA GARCIA HACKEBART**

**AÇÃO COMPLEMENTAR À ESCOLA: UMA ESTRATÉGIA DO  
INSTITUTO GUGA KUERTEN NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL  
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina como  
requisito para a obtenção do  
título de Bacharel em Serviço  
Social, orientado pela Professora  
Doutora Beatriz Augusto Paiva.

  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM:     /    /    

**FLORIANÓPOLIS – SC**  
**2004**

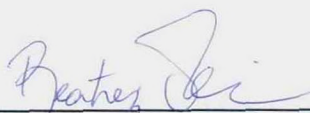


**JULIANA GARCIA HACKEBART**

**AÇÃO COMPLEMENTAR À ESCOLA: UMA ESTRATÉGIA DO  
INSTITUTO GUGA KUERTEN NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL  
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho de conclusão de curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Beatriz Augusto Paiva**

Prof. Dra. do Depto de Serviço Social/UFSC  
Orientadora



---

**Ana Maria Cartaxo**

Prof. Dra. do Depto de Serviço Social/UFSC  
1ª examinadora



---

**Silvana Silveira Medeiros**

Assistente Social do Instituto Guga Kuerten  
2ª examinadora

**Florianópolis, Novembro de 2004.**

*Dedico este trabalho ao João Gabriel, meu  
companheiro e parceiro na vida, pela paciência,  
carinho e amor me dedicados.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço, com muito carinho, todos aqueles que contribuíram nessa minha caminhada. Aqueles que andaram ao meu lado; seguraram minha mão e me conduziram quando cansei; levantaram meu rosto quando desanimei; enxugaram minhas lágrimas quando chorei; e que me apoiaram sempre que precisei (e ainda apóiam!).*

*Aos meus pais por me darem a vida e os valores que me guiam. Minha mãe, Catarina, é o meu exemplo de força, de coragem e de amor; meu pai, Tailor, de compaixão, simplicidade e humildade.*

*Às minhas avós queridas, Vó Araci e Vó Vaninha pelo cuidado que me dedicaram e dedicam.*

*À minha “mana” Sabrina, que mesmo distante sempre esteve ao meu lado. Ao meu cunhado, Márcio, por amá-la e cuidá-la.*

*A todos meus familiares por fazerem parte da minha história e entenderem que a distância afasta os corpos, mas não o sentimento.*

*Agradeço ao meu sogro, José Antônio, e à família Castro Pereira pela grande acolhida e por me sentir muito amada por todos.*

*À minha querida amiga e sogra Nair pela convivência rica em carinho, respeito, companheirismo, sabedoria e amor. Obrigada por tudo, nunca esquecerei seu apoio.*

*À querida amiga e colega Edna, pelo companheirismo nestes anos de formação acadêmica e pelo auxílio fundamental nos momentos finais da conclusão deste trabalho.*

*Ao Instituto Guga Kuerten por me proporcionar o espaço de trabalho imprescindível à minha formação como Assistente Social. Aos meus colegas de trabalho pela cumplicidade e amizade; e às crianças, aos adolescentes e suas famílias por me proporcionarem um grande aprendizado, esta experiência me acompanhará para sempre.*

*À Assistente Social, companheira e amiga, Silvana Silveira Medeiros, pelas oportunidades, credibilidades e incentivos nesta etapa conclusiva. Sua contribuição na minha vida profissional e pessoal foi muito importante. Obrigada!*

*Agradeço, especialmente e de todo o coração, ao meu amado companheiro e parceiro, João Gabriel, pois foi a partir da “nossa história” que entendi e percebi minha capacidade de realização, sendo a minha formação profissional mérito nosso. Te amo. Obrigada!*

*E agradeço a Deus e a Nossa Senhora por me proporcionarem a convivência com todos que foram e são importantes na caminhada da minha vida. Também agradeço pela fé e esperança que me motivam a lutar pelos meus ideais.*

*Muito Obrigada!*



## RESUMO

**HACKEBART**, Juliana Garcia. *Ação complementar à escola: uma estratégia do Instituto Guga Kuerten no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes*. 2004. 118 p. Monografia. (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

A educação complementar à escola compreende função pretendida pelos espaços educacionais formais, visto que é determinante ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Outro aspecto que vem contribuindo na educação integral é a utilização do esporte em programas e projetos sociais complementares à escola.

O trabalho de conclusão de curso que se apresenta visa descrever, analisar e publicizar as ações socioeducativas do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, desenvolvido pelo INSTITUTO GUGA KUERTEN em Florianópolis.

Este Projeto constitui-se em uma ação social, educacional e esportiva que vem a complementar a educação familiar e escolar utilizando o esporte como estratégia de inclusão social e desenvolvimento das potencialidades infanto-juvenis.

Para apresentar o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, primeiramente caracteriza-se o INSTITUTO GUGA KUERTEN, sendo este uma organização do Terceiro Setor e descreve-se o trabalho que realiza reiterando sua relevância social no Estado de Santa Catarina.

Também são demonstradas as ações direcionadas às famílias dos educandos, uma vez que se entende que compreendê-las e atendê-las fortalece o comprometimento com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

As ações socioeducativas desenvolvidas pelo Projeto em questão mostram-se inovadoras, pois se trabalha com a interdisciplinaridade, o planejamento e a avaliação a partir da percepção dos quatro pilares da educação preconizados pela UNESCO aplicados por meio do esporte.

Conclui-se o trabalho reiterando a importância do assistente social manter-se atento às demandas recentes de trabalho – Terceiro Setor, educação complementar de crianças e adolescentes, trabalho interdisciplinar, planejamento e avaliação em projetos sociais, além de ressaltar a importância de uma educação integral e coerente na formação de crianças e adolescentes autônomos e efetivamente conscientes de sua cidadania e função social.

**PALAVRAS-CHAVE:** ação complementar à escola – educação – desenvolvimento integral – criança e adolescente – interdisciplinaridade.



## ABSTRACT

**HACKEBART**, Juliana Garcia. *Complementary to school's action: a strategy toll by the Guga Kuerten Institute for thorough development of children and teenagers*. 2004. 118 p. Monograph. (Graduation in Social Work) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Education complementary to school studies is a determining factor in the development of children and teenagers, and thus has been incorporated into the traditional educational circles. Yet another aspect that has contributed to a complete education system is the use of sports in social programs and projects complementary to school.

The objective of this final project at hand is to describe, analyze and make known the socio-educational accomplishments of the LEARNING IN SPORT PROJECT, developed by the GUGA KUERTEN INSTITUTE in Florianopolis.

This Project is made up of social, educational and sports actions that complement family and school education using sports as a strategic tool to promote social integration and the development of children's and youth's potentials.

In order to present the LEARNING IN SPORT PROJECT, there is a need to define the GUGA KUERTEN INSTITUTE as a Third Sector organization and to describe the work which it carries out, highlighting the social relevance of its projects to the State of Santa Catarina.

The project involves the families of the pupils as well, once it is agreed upon that it becomes necessary to understand and attend to these families in order to strengthen the commitment towards the integral development of the children and youth.

The socio-educational work developed by the Project in question has proved to be innovative since it is promoted through interdisciplinary actions, the planning and evaluation carried out based on the perception of the four pillars of education determined by UNESCO, which are applied through sports activities.

On concluding this project special emphasis is given to how important it is for the social worker to keep up to date with work demands – Third Sector, complementary education for children and youth, interdisciplinary work, planning and evaluation within social projects, as well as to highlight the importance of a thorough education, coherent with the formation of independent children and teens, effectively conscious of their citizenship and social role.

**KEY WORDS:** actions complementary to school – education - integral development children and adolescents – “interdisciplinarity”.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Estrutura organizacional do INSTITUTO GUGA KUERTEN.....	26
Figura 02 – Gráfico demonstrando o critério N° de filhos.....	40
Figura 03 – Gráfico demonstrando o critério N° de membros da família.....	41
Figura 04 – Gráfico demonstrando o critério Renda familiar.....	42
Figura 05 – Gráfico demonstrando o critério Composição familiar.....	43
Figura 06 – Gráfico demonstrando o critério Situação da moradia.....	43
Figura 07 – Gráfico demonstrando o critério Naturalidade dos pais.....	44
Figura 08 – Gráfico demonstrando o critério Escolaridade dos pais.....	44
Figura 09 – Estrutura organizacional do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE.....	49
Figura 10 – Fotografia da reunião do 1º Encontro de Pais.....	55
Figura 11 – Fotografia de atividade na oficina de Tênis.....	69
Figura 12 – Fotografia de atividade na oficina Pedagógica.....	70
Figura 13 – Fotografia de atividade na oficina de Esportes Complementares.....	71
Figura 14 – Fotografia de passeio realizado na UFSC.....	75

*“Uma das condições necessárias para  
sonhar é que você tenha o amanhã,  
e o amanhã não é categoria,  
espaço mais além de mim mesmo,  
à espera de que eu chegue lá.  
O meu amanhã é o hoje que eu transformo.  
Mas é impossível sonhar  
se você não tiver sonhos de amanhã”.*

***Paulo Freire***



## SUMÁRIO

RESUMO.....	06
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	08
INTRODUÇÃO.....	11
<b>CAPÍTULO 1 – A RELEVÂNCIA SOCIAL DO INSTITUTO GUGA KUERTEN.....</b>	<b>15</b>
1.1 O Instituto Guga Kuerten como organização do Terceiro Setor.....	15
1.2 O trabalho desenvolvido pelo Instituto Guga Kuerten.....	20
1.2.1 O Serviço Social no Instituto Guga Kuerten.....	27
<b>CAPÍTULO 2 – O PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE.....</b>	<b>31</b>
2.1 Os sistemas de garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes e a educação brasileira.....	31
2.2 Caracterização da comunidade da Lagoa da Conceição.....	36
2.2.1 Perfil socioeconômico das famílias dos educandos do Projeto Aprendendo no Esporte em 2003.....	39
2.3 Caracterizando o Projeto Aprendendo no Esporte.....	45
2.4 Aprendendo a família no Projeto: os Encontros de Pais.....	50
<b>CAPÍTULO 3 – INOVAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE.....</b>	<b>59</b>
3.1 Os pilares da educação preconizados pela UNESCO e a educação por meio do esporte.....	59
3.2 O planejamento interdisciplinar da ação educativa: a integração necessária ao desenvolvimento das potencialidades humanas.....	66
3.3 Avaliação das ações socioeducativas.....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

Programas e ações complementares à escola, governamentais ou não, que ofereçam recreação, esporte, cultura, lazer, apoio pedagógico, saúde, alimentação, entre outras práticas, contribuem na viabilização do acesso aos direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069/90, de acordo com o artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Com a intenção de assumir a co-responsabilidade na efetivação da cidadania de crianças e adolescentes, a sociedade civil organizada soma ações à escola e à família. Essa situação configura uma prática social reconhecidamente positiva, frente às dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras em garantir o desenvolvimento integral de seus filhos, uma vez que não há equidade no acesso às oportunidades para a população na sua maioria.

Contudo, é importante reiterar que tais direitos devem ser garantidos pelo Estado, por meio de políticas públicas; pela família, mediante cuidado parental; e por toda a sociedade por meio de ações comunitárias.

Cientes deste cenário e, sobretudo, tocados pelo compromisso com a construção de uma sociedade justa e solidária para todos, a família de Gustavo Kuerten, tenista catarinense de reconhecimento internacional, cria o INSTITUTO GUGA KUERTEN (IGK) a fim de sistematizar suas práticas sociais, ou seja, tornar a prática solidária da família uma constante ação social, com objetivos mais amplos e transformadores.



O IGK é uma associação civil, sem fins lucrativos, que formula, desenvolve e executa projetos nas áreas que envolvem pessoas com necessidades especiais e esporte para crianças e adolescentes de baixa renda.

Este trabalho de conclusão de curso decorre, assim, da participação da autora, por meio de estágios – curricular e não-curriculares, no INSTITUTO GUGA KUERTEN e, especialmente, com uma atuação junto ao PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, desenvolvido na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, implementado diretamente por essa instituição. Nesse sentido, este trabalho dedica-se a descrever e contextualizar as ações socioeducativas e as inovações teórico-metodológicas do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, trazendo para a academia, o relato, a partir de uma experiência, de uma prática social e educativa que reitera os fundamentos do Serviço Social e estabelece o vínculo imprescindível entre a teoria e a *praxis* da profissão.

As teorias e metodologias educacionais norteadoras das ações do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE reiteram uma pedagogia em prol do desenvolvimento humano sustentável, uma vez que prioriza o potencial de cada criança e adolescente participante. Segundo Hassenpflug (2004, p. 09), “a idéia fundamental do desenvolvimento humano está na realização plena dos direitos humanos, na promoção da liberdade e na oferta equitativa de oportunidades para a pessoa desenvolver os seus potenciais”.

Portanto, neste trabalho, serão descritas e contextualizadas as ações desenvolvidas por meio da metodologia de educar através do esporte, sendo que nesta insere-se diversos aspectos, como a interdisciplinaridade, os quatro pilares da educação preconizados pela UNESCO (*United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*) – Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser –, a participação da família, o planejamento e a avaliação. Entendendo que tais aspectos demonstram práticas educacionais inovadoras, pensando na educação paradigmática que nossas crianças e

jovens vivenciam no seu cotidiano escolar, este estudo preocupa-se em disseminar tais inovações a partir da visão do Serviço Social, na medida em que este profissional participa e contribui diretamente no desenvolvimento do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE.

No sentido de melhor desenvolver as exposições do estudo em tela, apresenta-se, no primeiro capítulo, a contextualização da área de atuação do IGK, suas características como organização do Terceiro Setor, e sua relevância na sociedade catarinense, uma vez que seus programas e projetos contribuem na promoção da cidadania daqueles que são contemplados com suas ações.

No segundo capítulo, pretende-se caracterizar o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, para tanto, abordar-se-á a questão da educação e os sistemas de garantia dos direitos das crianças e adolescentes para contextualizar as ações socioeducativas desse PROJETO. Será realizada uma caracterização da comunidade da Lagoa da Conceição, na condição de espaço social singular onde se insere o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE. Apresenta-se também o perfil socioeconômico dos educandos participantes do PROJETO em 2003. Essa pesquisa foi resultado do Projeto de Intervenção de Estágio Supervisionado 2003/2, desenvolvido pela autora deste trabalho de conclusão de curso, como também o ponto de partida das ações direcionadas às famílias. Posteriormente, descreve-se o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE apresentando seu histórico e modo de funcionamento atual.

A partir da descrição e caracterização do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE e da instituição que o desenvolve, o terceiro capítulo vislumbra as teorias e metodologias inovadoras que são desenvolvidas. Neste capítulo demonstra-se o modo de utilização da metodologia de educar por meio do esporte e as práticas difundidas pelo projeto referentes ao trabalho interdisciplinar, o planejamento a partir dos quatro pilares da educação e a avaliação.



As categorias abordadas neste estudo – Terceiro Setor, educação complementar de crianças e adolescentes, trabalho interdisciplinar, planejamento e avaliação em projetos sociais – configuram campo de atuação profissional do assistente social. Portanto, finaliza-se este trabalho com considerações relevantes ao processo de formação do assistente social frente às questões abordadas, além de ressaltar a importância de uma educação integral e coerente na formação de crianças e adolescentes autônomos e efetivamente conscientes de sua cidadania e função social.

# 1 A RELEVÂNCIA SOCIAL DO INSTITUTO GUGA KUERTEN

## 1.1 O INSTITUTO GUGA KUERTEN como organização do Terceiro Setor

O INSTITUTO GUGA KUERTEN (IGK) é uma associação civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico como previsto no seu Estatuto Social (ANEXO A).

É qualificado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP conforme processo MJ nº 08015.013682/2002-23. Possui registros de Utilidade Pública Municipal conforme Lei nº 5.895/01 e de Utilidade Pública Estadual, Lei nº 12.637/03.

De acordo com a caracterização jurídica, o IGK se enquadra como uma organização do Terceiro Setor. Este tema, atualmente, vem sendo objeto de debate de diversas áreas do conhecimento, visto que organizações não-governamentais, não-lucrativas, entre outras nomenclaturas existentes, ocupam novos espaços na atuação social, política e econômica. As organizações não-governamentais (ONG's) “caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado” (TENÓRIO, 1998, p. 11).

Atualmente, muitos termos são utilizados para classificar tais organizações pertencentes à esfera pública não-estatal e não-lucrativa, quais sejam: economia solidária, economia paralela, organizações não-governamentais, organizações voluntárias, sociedade civil organizada, entre outros. Segundo Coelho (2000 apud ROSA et al, 2003, p. 25) “essa multiplicidade de denominações apenas demonstra a falta de precisão conceitual, o que, por

sua vez, revela a dificuldade de enquadrar toda a diversidade de organizações em parâmetros comuns”.

O termo mais recente para designar essas organizações é Terceiro Setor, sendo este o termo utilizado neste trabalho. De acordo com essa nomenclatura, entende-se que as organizações que o compõem não se enquadram como estatais, o primeiro setor, nem como privadas, o segundo setor, e, de acordo com Fernandes (1994, p. 19), este setor sendo “‘não-governamental’ e ‘não-lucrativo’, é, no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas”.

As organizações do Terceiro Setor são inúmeras e estão inseridas nos mais diferentes contextos, pois atuam em campos variados como os de arte e cultura, educação recreação, saúde, assistência social, defesa de direitos humanos e de minorias, ambientalismo, desenvolvimento comunitário e fortalecimento de organizações de base. Elas constituem-se em mercado de trabalho, em áreas de ação voluntária, além de mobilizarem recursos materiais das mais diversas fontes, tanto do governo, como de indivíduos, famílias, igrejas, fundações, associações e empresas.

Conforme o Novo Código Civil Brasileiro, Lei Nº 10.406/02, compreende os atores do Terceiro Setor: ONG's (Organizações Não-Governamentais), OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), fundações, institutos, empresas com responsabilidade social, entidades beneficentes, empresas doadoras, elite filantrópica, pessoas físicas/voluntários, fundos comunitários e entidades sem fins lucrativos ou econômicos (ROSA et al, 2003, p. 29).

A análise feita sobre o Terceiro Setor ressalta aspectos contraditórios e ambíguos, entretanto, apesar de aliar-se ao Estado na promoção do desenvolvimento social, ambiental e econômico, em muitas visões, este setor contribui na destituição de responsabilidade do Estado com políticas sociais.



De acordo com Neto (2001, p. 233):

A discussão desta forma cinge-se a visões que apologizam as virtudes do mercado solidário e vozes discordantes, que procuram salientar o caráter limitado e segmentado destas iniciativas que agem mais como legitimadoras da ideologia e de valores de mercado, sem resolver verdadeiramente os problemas sociais ocasionados pelo mesmo, funcionando mais como um novo instrumento discursivo legitimador das desigualdades produzidas com cada vez mais intensidade pela acumulação desenfreada como característica do capitalismo deste final de século[...].

Infere-se, das considerações do autor supracitado, que o Terceiro Setor contribui no acirramento das necessidades sociais, pois está vinculado aos “valores de mercado”. Tal argumento mostra-se contraditório já que o próprio mercado, ou melhor, sua lógica, ocasiona as desigualdades inerentes ao capitalismo. Mas, sendo um setor privado não-lucrativo e não-estatal, seus valores, já muito demonstrados, são valores solidários, originados da insatisfação da sociedade civil frente às questões sociais e a valorização do desenvolvimento econômico pelo Estado em detrimento do desenvolvimento social.

Perfazendo esse caminho, Yazbek (2000, p. 14) também questiona as conseqüências desse setor. A autora acredita que sua consolidação contribui na desestruturação das políticas públicas, reiterando o Estado Mínimo preconizado pelo ideário neoliberal, posto que os mecanismos de enfrentamento da questão social são reducionistas neste arranjo estatal, ficando, assim, a responsabilidade do manejo das políticas sociais à esfera privada lucrativa (mercado, ou Segundo Setor) ou não-lucrativa (Terceiro Setor). Em suas próprias palavras, diz: “lidamos com o risco da privatização de serviços que deveriam ser universalizados no âmbito público, com uma permanente tensão entre autonomia e dependência em relação ao Estado”.

Devido à nova política internacional de reformulação do Estado, que a sociedade brasileira está inserida, ou seja, o neoliberalismo econômico, as atribuições estatais



referentes à elaboração e execução de políticas públicas são minimizadas, e a relação Estado/sociedade enfrenta mudanças.

A nova política global – envolvendo processos de tomada de decisão no interior das burocracias governamentais e internacionais; processos políticos desencadeados por forças transnacionais; e por fim, novas formas de integração mundial entre Estados – criou um quadro no qual os direitos e obrigações, poderes e capacidades dos Estados foram redefinidos. As capacidades estatais foram ao mesmo tempo reduzidas e alargadas, permitindo ao Estado o cumprimento de uma série de funções que já não podem ser mantidas senão em conexão com relações e processos globais (HELD, 1991 apud VIEIRA, 1998, p. 108).

A relação Estado/sociedade passa por mudanças não só devido à minimização da intervenção estatal, mas, também, no entendimento e conceituação de sociedade civil.

Vieira (1998, p. 64) discorre sobre a ruptura conceitual de sociedade civil, advinda da década de 70, em decorrência dos “movimentos sociais e políticos democratizantes no Leste europeu, na Ásia e na América Latina”. Segundo o mesmo autor:

[...] a noção de sociedade civil se transforma e passa a ser compreendida em oposição não apenas ao Estado, mas também ao mercado. Agora representa uma terceira dimensão da vida pública, diferente do governo e do mercado. Em vez de sugerir a idéia de uma arena para a competição econômica e a luta pelo poder político, passa a significar exatamente o oposto: um campo onde prevalecem os valores da solidariedade (VIEIRA, 1998, p. 64).

Como já discorrido, a consolidação do Terceiro Setor, vincula-se aos valores de solidariedade que imbuíram a sociedade civil devido à injustiça e desigualdade sociais vivenciadas pela população excluída. Ser solidário àqueles que estão em desvantagem socioeconômica é um valor difundido desde o assistencialismo, contudo assume uma nova roupagem na sociedade atual, desde que vinculado à promoção de condições dignas de vida do ser humano e não apenas à reprodução da situação social.

Essa nova dimensão de sociedade civil agregou ao termo a designação “organizada”, sendo que confere responsabilidades aos atores sociais que a compõe. Assim,

entende-se a expansão do Terceiro Setor como a organização da sociedade civil na complementação e promoção do desenvolvimento sustentável.

As reflexões sobre a função do Terceiro Setor demonstram sua relevância no contexto social. Apesar de contradições existirem, a reflexão gerada e a tomada de decisão da sociedade civil frente às questões sociais emergentes e não saciadas contribuem na promoção do bem-comum.

O Terceiro Setor é aquele que agrega as iniciativas organizadas da sociedade civil, dirigidas à melhoria da vida das pessoas a partir do investimento em serviços e da busca de soluções para problemas [...] surge como resposta a situações nas quais tem havido um desempenho insatisfatório do Primeiro e do Segundo setores no atendimento das necessidades sociais (KISIL, 2002, p. 36).

A partir desse quadro contraditório, visualizam-se pontos coerentes nas diferentes visões. Ao passo que o Estado Mínimo se impõe, a sociedade civil organizada cresce sua atuação. Faz-se necessário, todavia, a manutenção da busca pela universalização dos direitos preconizados pelos sistemas legais brasileiros. Sendo assim, também é função da sociedade civil organizada promover mecanismos de luta e de defesa dos direitos civis e sociais e, ainda, atuar pelo comprometimento do desenvolvimento humano e social como função das políticas públicas, não diluindo a responsabilidade do Estado nesta área.

Apresentadas algumas ambigüidades que permeiam a discussão sobre o Terceiro Setor, pretende-se, ademais, caracterizar este setor, uma vez que o IGK se configura como um agente da sociedade civil organizada.

Como já dito, a atuação desta entidade social visa complementar e contribuir com o desenvolvimento humano e social do estado de Santa Catarina. O IGK, de acordo com a visão de entidade social em Kisil (2002, p. 35), constitui-se em

uma organização que tem sua identidade bem definida, se relaciona com seu meio – Estado, empresas, clubes, famílias, escolas e organizações sociais – sem, no entanto, confundir-se com eles. Sem assumir papéis



que não são seus, mas de outros agentes sociais. Mantém seus objetivos e filosofia, sua competência técnica e suas escolhas, assumindo um papel de agente de desenvolvimento consciente e intencional na vida comunitária e, especialmente, nos indivíduos que escolheu como alvo de seu trabalho.

Assim sendo, o IGK, ciente do seu papel na sociedade catarinense, realiza suas funções com reconhecida seriedade e responsabilidade, assumindo uma posição de parceria com outros atores sociais na consolidação da cidadania.

A seguir apresenta-se o IGK, sua estrutura, seus objetivos, seus programas e projetos, bem como descreve-se e analisa-se o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nessa instituição.

## **1.2 O trabalho desenvolvido pelo INSTITUTO GUGA KUERTEN**

O INSTITUTO GUGA KUERTEN situa-se à Av. Madre Benvenuta, 908 – Sala 201, Santa Mônica, Florianópolis, SC. Foi fundado em 17 de agosto de 2000 com o objetivo de sistematizar e ampliar as ações sociais da família do tenista Gustavo Kuerten (Guga). Tendo clareza de sua responsabilidade social, Alice Thümmel Kuerten, mãe de Guga e assistente social, inicia outro momento da prática civil da família no enfrentamento das questões sociais.

*[...] independentemente dessas nossas ações de pessoa física e considerando o sucesso do Guga conseguido graças também ao seu esforço, dedicação e disciplina, achamos que deveríamos institucionalizar também algumas ações filantrópicas criando o Instituto, para que pudesse captar recursos, investir em projetos já existentes, articular e mobilizar ações sociais e desenvolver alguns programas específicos, tanto na área do esporte como na de atendimento ao Portador de Deficiência.*

*Alice T. Kuerten (Presidente do IGK)*

Fonte: [www.igk.org.br](http://www.igk.org.br) Acesso em: 11 out. 2004.

As ações são direcionadas a duas áreas prioritárias: Educação e Integração Social de Pessoas com Necessidades Especiais e Esporte como Estratégia de Desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes. Nesta última, insere-se o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, objeto de estudo desse trabalho.

A delimitação da área de atuação em organizações da sociedade civil é de suma importância para que o trabalho seja sistematizado e tenha um direcionamento, tanto quanto é imprescindível estipular a missão e o objetivo da organização. Como ressalta Rosa (et al, 2003, p. 47):

A primeira coisa a se fazer ao se criar uma ONG é definir sua missão, objetivos e estabelecer sua área de atuação.

Os objetivos são propósitos específicos, alvos a serem atingidos ao longo de determinado período de tempo, que, em conjunto, resultarão no cumprimento da missão da organização. A missão indica de forma genérica para os públicos interno e externo da organização a finalidade de seu trabalho, os objetivos têm um caráter mais interno e gerencial. Os objetivos são uma importante ferramenta de análise e acompanhamento dos responsáveis pela organização.

Sendo assim, o IGK tem como missão: “Articular, promover e apoiar ações que visem oferecer oportunidades de desenvolvimento e integração social para todos os cidadãos, buscando fortalecer a cultura de solidariedade entre os membros de nossa sociedade” (IGK, 2004a). Os objetivos da instituição são relacionados a partir das estratégias de atuação, reiterando o comprometimento dessa organização na efetividade de suas ações. Tais objetivos serão mencionados a seguir, de acordo com a descrição dos programas do IGK.

As ações são desenvolvidas a fim de atender essas duas áreas de forma efetiva, já que são planejadas, monitoradas e avaliadas, buscando a transformação social necessária à uma sociedade justa, humana e solidária. Esses aspectos atestam um trabalho comprometido com o público-alvo, onde os objetivos e resultados são palpáveis e mensuráveis.



Tendo bem definidas as áreas de atuação, as estratégias estão organizadas em três programas: Fundo de Apoio a Projetos Sociais (FAPS), Esporte e Educação e Ações Especiais.

O Fundo de Apoio a Projetos Sociais tem como objetivo apoiar financeira e tecnicamente projetos de organizações sociais de Santa Catarina, que desenvolvam ações voltadas para integração das Pessoas com Necessidades Especiais, e/ou que utilizem o esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A cada ano é lançado a partir de cotas doadas por parceiros do IGK. Cada parceiro investe uma cota anual, utilizada para financiar diretamente os projetos selecionados e para custear o processo de acompanhamento técnico destes projetos.

Desde a formação do IGK, foram lançados quatro FAPS, estando abaixo citadas suas características:

- I FAPS: atendeu a região da Grande Florianópolis, sendo contemplados 14 municípios com 20 projetos financiados, no período de outubro de 2001 a outubro de 2002; esta edição teve como parceiros o Banco do Brasil, a Empresa Grendene, o Grupo Paquetá, Gustavo Kuerten e Jorge Paulo Lemann.
- II FAPS: atendeu a região Carbonífera e de Laguna, com 24 projetos de 22 municípios, no período de outubro de 2002 a outubro de 2003, foram parceiros: Banco do Brasil, Calçados Azaléia, Gustavo Kuerten, Jorge Paulo Lemann e a Empresa Luminar.
- III FAPS: contemplou as regiões do Extremo Sul Catarinense e do Foz do Rio Itajaí, com 22 projetos de 19 municípios, no período de outubro de 2003 a outubro de 2004, em parceria com o Banco do Brasil, a Empresa Grendene, Gustavo Kuerten e Jorge Paulo Lemann.

- IV FAPS: foi lançado em 2004, sendo que 21 projetos de 14 municípios das regiões Nordeste e Médio Vale do Itajaí já foram selecionados. O período compreendido por esse FAPS é de outubro de 2004 a outubro de 2005. São parceiros a Empresa Grendene, Bünge Alimentos, Banco do Brasil, Gustavo Kuerten e Jorge Paulo Lemann.

As organizações sociais atendidas pelo programa FAPS geralmente possuem reduzidas condições econômicas, técnicas e estruturais para desenvolverem suas ações. Na sua maioria são Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's) ou congêneres. A assessoria técnica desenvolvida durante o ano de duração de cada FAPS proporciona subsídios para que as organizações cresçam sua visibilidade na comunidade e articulem-se na busca de parcerias financeiras e um melhor relacionamento com a administração pública. Esse programa, desde 2001, financiou projetos e prestou assessoria a 87 organizações sociais de 69 municípios de Santa Catarina.

O Programa de Ações Especiais consiste no apoio técnico e financeiro, a partir da entrada de recursos extras de parcerias, a projetos que desenvolvam ações que compartilhem os mesmos objetivos do IGK. Assim, desenvolve, propõe e participa de ações e políticas de promoção e defesa dos direitos do cidadão, fortalecendo e desencadeando medidas que assegurem sua cidadania, dentro dos princípios de igualdade e de respeito, em conjunto com outras organizações que compartilhem destes objetivos.

A cada ano, a partir desse programa, duas colônias de férias são promovidas: a Colônia de Férias Tempo Feliz em Balneário Camboriú, tendo como público-alvo 75 Pessoas com Necessidades Especiais e como parceiros, a APAE de Balneário Camboriú, a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e outras entidades apoiadoras; e a Colônia de Férias Vôo Livre em Florianópolis. Nesta, 62 Pessoas com Necessidades Especiais são



atendidas e são parceiros, a APAE de Florianópolis, a Base Aérea de Florianópolis e outras entidades apoiadoras.

Também é dentro desse programa que vem sendo desenvolvido desde 2003, o Prêmio IGK – A Grande Jogada Social, estando, em 2004, na sua segunda edição. O Prêmio tem como objetivo identificar, divulgar e incentivar a prática de ações sociais nas áreas esportiva e da Pessoa com Necessidade Especial, estimulando a continuidade dos diversos trabalhos que já vêm sendo realizados, bem como a criação de novos projetos. O Prêmio constitui-se em um concurso estadual, que distribui um valor em dinheiro às reportagens, projetos e ações sociais inscritas. Três categorias foram estabelecidas para que as inscrições aconteçam, quais sejam:

**Jornalismo** – rádio, TV, jornal e mídia universitária com reportagens na área da Pessoa com Necessidades Especiais;

**Atletas e Agremiações** – amador e profissional que praticam ações sociais;

**FAPS** – organizações que participaram dos Fundos de Apoio a Projetos Sociais anteriores.

O Programa de Esporte e Educação tem como objetivo desenvolver projetos que utilizem o esporte, inicialmente o tênis, como estratégia de desenvolvimento pessoal, educacional e social de crianças e adolescentes de baixa renda, buscando sua plena inclusão social. Fazem parte desse programa cinco projetos:

- Projeto de Esporte na Ilha Criança – Florianópolis/SC;
- Projeto Campeões da Vida – Florianópolis/SC;
- Projeto Aprendendo no Esporte – Florianópolis/SC;
- Projeto de Tênis na Cidade da Criança – São José/SC;
- Projeto Crescendo no Esporte – Tijucas/SC.

A realidade social das crianças e adolescentes atendidas nesse programa condiz com a realidade das famílias de baixa-renda brasileiras. Estão inseridas no processo de reprodução da sua condição de pobreza e vulnerabilidade, em que uma intervenção profissional torna-se necessária para que a mudança e a transformação de suas condições de vida seja efetiva e propicie oportunidades e inclusão social.

O Projeto de Esporte na Ilha Criança é desenvolvido nas quadras da Federação Catarinense de Tênis desde setembro de 2001. Atende 480 crianças participantes dos programas do Complexo Ilha Criança da cidade de Florianópolis. Essas crianças e adolescentes participam de oficinas semanais de tênis (1hora por semana) e de ensino digital (1hora, duas vezes por semana). Este projeto tem parceria com o Instituto Vivo e apoio da Prefeitura Municipal de Florianópolis, Federação Catarinense de Tênis e o Comitê de Democratização da Informática.

No Projeto Campeões da Vida, desde março de 2002, é proporcionado às 215 crianças e adolescentes participantes, as oficinas de tênis, vôlei, karatê, dança e natação. As crianças e adolescentes são estudantes das escolas públicas – Leonor de Barros e Victor Miguel – do bairro Itacorubi e APAE de Florianópolis. A periodicidade do atendimento é de 3 horas, uma vez por semana (sexta-feira), sendo atendidos no contraturno da escola. Tem como parceira a Brasil Telecom e como apoio o clube social Astel, sendo este último o local onde são desenvolvidas as atividades.

O Projeto de Tênis na Cidade da Criança é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de São José. Iniciou suas atividades em agosto de 2003. O público-alvo constitui-se de 114 crianças e adolescentes participantes dos Programas da Cidade da Criança de São José. O atendimento é de 1 hora semanal da modalidade tênis.

O Projeto Crescendo no Esporte foi implementado em setembro de 2004, em parceria com a empresa Portobello de Tijucas/SC. Proporciona 01 hora de tênis, duas vezes



na semana, a 70 crianças e adolescentes, filhos dos funcionários da fábrica da Portobello, que estudam em escolas públicas da região.

O PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE será apresentado com maiores detalhes no segundo capítulo, pois este trabalho tem o objetivo de trazer especificamente seu modo de funcionamento e suas ações socioeducativas.

Assim, uma vez apresentados os programas e projetos desenvolvidos pelo IGK, torna-se ilustrativo esboçar a estrutura organizacional do Instituto, a partir do seguinte fluxograma:

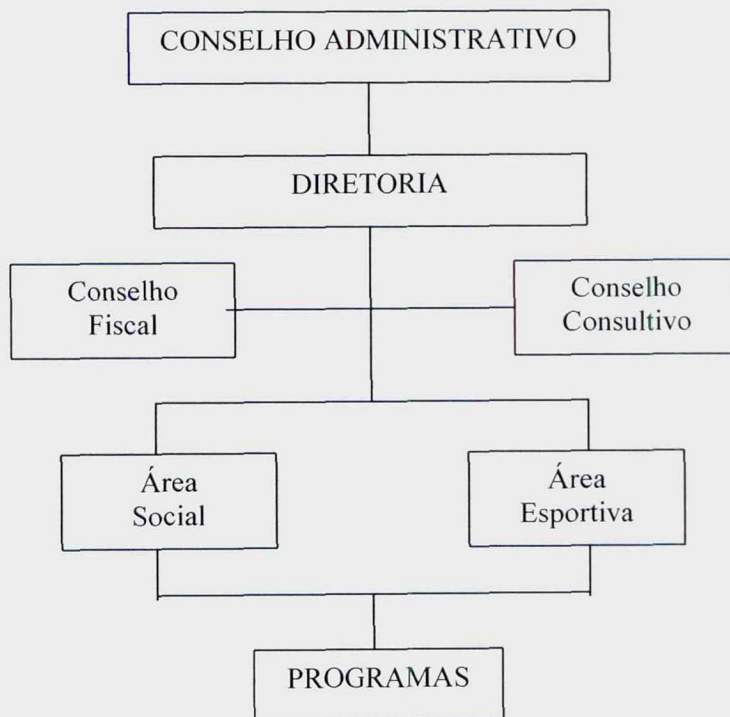


Figura 01 – Estrutura organizacional do INSTITUTO GUGA KUERTEN.

Fonte: IGK, 2004a.

É ilustrado no fluxograma da Figura 01 que a Área Social tem sua atuação direta nos programas desenvolvidos pelo IGK, assim como a Área Esportiva. Apesar dessa estrutura, a Área Esportiva tem sua atuação direcionada mais precisamente aos projetos esportivos do programa Esporte e Educação, a Área Social, por sua vez, abrange a coordenação dos três programas do Instituto. Visto que essa área compreende a ação do Serviço Social, já que quem ocupa essa função é uma assistente social, torna-se imprescindível apresentar o trabalho desenvolvido na área. No item a seguir, portanto, caracteriza-se o processo de trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no IGK.

### **1.2.1 O Serviço Social no INSTITUTO GUGA KUERTEN**

A coordenação da área social do IGK é desenvolvida por uma profissional de Serviço Social, a assistente social Silvana Silveira Medeiros, CRESS/SC nº 1498. É responsável pela elaboração dos projetos e programas; captação e organização de recursos financeiros e de parcerias; e gerenciamento das ações sociais desenvolvidas pela instituição. As ações de execução direta desdobram-se por meio dos três programas anteriormente apresentados.

Com relação ao FAPS, o processo de trabalho é caracterizado pela seleção e avaliação de projetos; pela assessoria técnica, por intermédio de orientação e capacitação das entidades para a elaboração de projetos sociais, e realizando visitas bimestrais para colaborar no gerenciamento das entidades selecionadas e a elaboração e avaliação de relatórios durante todo o período proposto pelo programa.

Nos programas Ações Especiais e Esporte e Educação seu trabalho é direcionado ao processo de articulação e organização dos recursos financeiros e humanos, bem como de promoção da coordenação, assessoria técnica e avaliação das atividades em curso.

Dos projetos esportivos, apenas o APRENDENDO NO ESPORTE desenvolveu um trabalho com famílias através de estágio supervisionado em Serviço Social no ano de 2003. Desde então, o Serviço Social neste projeto cresceu sua atuação, ficando com a coordenação social e pedagógica realizada pela autora deste trabalho de conclusão de curso. Dentro dessa função, está o contato com as escolas e famílias, estreitando e facilitando as relações entre esses dois segmentos e o PROJETO. Essa ação se dá por meio de reuniões mensais com as escolas e por visitas domiciliares às famílias, buscando os encaminhamentos necessários e a efetivação de direitos. Essa coordenação também auxilia no planejamento de trabalho dos educadores, e é responsável por relatórios e avaliações.

As atribuições profissionais relatadas anteriormente demonstram uma realidade relativamente nova no conjunto das ações tradicionais do Serviço Social. Sabe-se que até então, o assistente social configurava-se em um “executor terminal de políticas públicas” principalmente (NETTO, 1992 apud IAMAMOTO, 1998, p. 20). Nos últimos anos, processou-se um redimensionamento de seu fazer profissional, uma vez que a questão social e suas expressões passam por transformações já demonstradas no primeiro item deste capítulo. Na atualidade, ser propositivo, ou seja, atuar como planejador e formulador de programas e políticas sociais e não apenas executor, constitui-se como importante demanda requerida socialmente para a prática do Serviço Social.

Por esta razão, afirma Iamamoto (1998, p. 20) é preciso sintonizar o Serviço Social com os novos tempos, mas para isso faz-se necessário:



[...] *romper com uma visão endógena, focalista, uma visão 'de dentro' do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade atual da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como condição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação (grifo da autora).*

196 A prática do Serviço Social desenvolvida no IGK é, portanto, condizente com a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/93. Essa lei traz nos seus artigos 4º e 5º as competências e as atribuições privativas do assistente social, respectivamente, no que define como competência do assistente social, artigo 4º, inciso II: “Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil”. Ainda, no mesmo artigo, inciso VIII: “Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo”.

Apesar de conter tais atribuições e competências na Lei de Regulamentação, a prática em organizações não-governamentais, reestruturada para gestão social, é inovadora, embora não restrita à profissão de assistente social, posto que outras áreas também ocupam esse espaço, pois possuem competências correlatas para tanto. O Serviço Social, na gestão social, diferencia-se de outras profissões, todavia, devido ao seu projeto profissional estar intimamente ligado à promoção do desenvolvimento humano e social, e ter, como um dos princípios fundamentais da sua ética profissional, o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais).

Independente do processo de trabalho exercido, o assistente social deve se ater ao seu compromisso com a ética e com o projeto profissional, fazendo deste um guia permanente de suas ações. A efetivação do projeto ético-político do Serviço Social no dia-a-dia da profissão perpassa por um desafio constante. Estar atento as novas demandas de trabalho, sendo um profissional que vive da sua força de trabalho em um mundo onde valores capitalistas e individualistas ganham espaço, requer um comprometimento com os valores intrínsecos ao Serviço Social, sendo a correlação com valores humanos, éticos e solidários o pano de fundo da atuação dessa área na sociedade de hoje.

O Serviço Social demonstra, portanto, ser uma profissão competitiva nessa nova demanda de trabalho do Terceiro Setor, e deve se apropriar dessa prática para, como diz Yamamoto (1998, p. 20), iluminar e traçar alternativas de ação ao fazer profissional do assistente social.



## **2 O PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE**

### **2.1 Os sistemas de garantia dos direitos das crianças e adolescentes e a educação brasileira**

Com o intuito de contextualizar socialmente o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, este item fará menção aos sistemas de garantias de direitos de crianças e adolescentes, enfatizando o processo democratizante que originou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Este tópico abordará aspectos da educação brasileira a partir do debate pedagógico entre uma educação paradigmática e opressora e uma educação para vida, emancipadora e libertadora.

As mudanças ocorridas na percepção de infância e juventude no campo teórico e jurídico contribuíram para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N° 8.069/90, assim como para uma nova forma de política de atendimento dos mesmos.

Os avanços democráticos brasileiros, iniciados na década de 80 e configurados na Constituição Federativa de 1988, constituíram-se campo fértil dessa nova legislação infantil, bem como de uma nova maneira de expressar outras leis. Esse contexto não é apenas brasileiro, mas perpassou outras nações latinas.

De acordo com Mendéz (2000, p. 13), a respeito desse contexto latino-americano:

[...] com exceção do caso da Colômbia, todos os processos de reforma na região, começando pela aprovação do ECA em 1990, têm alterado não somente os CONTEÚDOS da nova legislação infantil, mas também muito especialmente a FORMA de produção das leis. Apesar das leis de menores constituírem invariavelmente o resultado de pequenas comissões de 'experts', de péssima qualidade técnico-jurídicas e de caráter marcadamente corporativo, as novas leis da infância constituíram-se no resultado de imensos laboratórios sociais e de processos inéditos de participação popular

na construção das leis. Neste sentido e sem nenhuma dúvida, o Brasil constitui-se no mais extraordinário dos exemplos (grifo do autor).

Um novo paradigma de política social também emanou desse movimento democrático. Os elementos – descentralização, participação e mobilização - decorrentes do texto constitucional são instrumentos governamentais, conforme relata Santos (2000, p. 23):

Com esses elementos básicos em mãos, os administradores municipais poderão trabalhar para transpor à realidade o novo paradigma da política social brasileira, que consiste em mobilizar a sociedade civil no intuito de preservar, proteger e desenvolver o maior capital e patrimônio que são as crianças e adolescentes brasileiros.

Apesar desse quadro, as políticas sociais de promoção e garantia de direitos ainda são incipientes e mantenedoras da reprodução social, haja vista que o acesso não respeita o princípio da equidade no oferecimento das oportunidades.

No cotidiano de crianças e jovens de baixa renda, as falácias jurídicas não são palpáveis. Imbuído em um ciclo de exclusão, o público infanto-juvenil é logrado em seus direitos, porquanto os serviços e as políticas sociais disponíveis estão sobrecarregados e não conseguem atender toda a demanda social.

Outra questão que dificulta o acesso às oportunidades é a situação da educação brasileira, sendo que sua prática não é voltada à emancipação humana, à autonomia de vida e ao exercício da cidadania. Assim, compreender o “imaginário” do mundo infantil e suas implicações são tarefas que poucos, infelizmente, possuem capacidade de realizar.

Apesar do nosso texto constitucional estar de acordo com uma educação para a vida, os mecanismos de validação ainda são poucos. Revendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, percebe-se um direcionamento ao processo educacional em prol do desenvolvimento humano. Como se



verifica no seu artigo 2º “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Mas isso não se verifica na prática. O acesso à escola é comprometido pelas reduzidas verbas destinadas a política de educação; pelo aumento da violência e do tráfico de drogas; pela condição de pobreza da família brasileira, entre outros fatores relacionados a estes, acarretando na exclusão social em vários níveis.

Pensar e promover educação requer um aprofundamento do que se quer e se esperar com a ação educativa. A política brasileira de educação tem conseguido diversos avanços nos últimos anos, como o expressivo crescimento quantitativo e qualitativo do ensino a partir da década de 60. Segundo Oliveira (2004, p. 01)

o ensino fundamental – antes limitado a quatro séries e a menos de 40% da população – foi universalizado; expandiram-se o ensino pré-escolar e o ensino médio; profissionalizou-se o corpo docente. Outras inovações foram a criação de uma invejável rede de ensino técnico e formação profissional, o desenvolvimento de um sistema universitário até então limitado a algumas instituições e a implantação do maior e possivelmente o mais competente sistema de pesquisa e pós-graduação na América Latina.

Mas ainda se verifica problemas referentes ao analfabetismo de adultos e a baixa escolaridade da classe trabalhadora.

Alimentar dados quantitativos relativos a índices educacionais, como aprovação e conclusão da escolarização mínima para a inclusão no mercado de trabalho caracteriza-se como uma inovação, mas não é suficiente para promover a educação necessária ao desenvolvimento das potencialidades individuais do ser humano. É preciso pensar e fazer uma educação formadora de cidadãos socialmente incluídos não apenas no mercado de trabalho, mas incluídos na participação política e econômica de forma consciente e ativa.



Paulo Freire questiona, em muito, a forma com que nós brasileiros educamos e somos educados. Para este autor, a educação a qual estamos acostumados é promovida a partir de uma concepção “bancária”, ou seja, somos depositantes e depositários de conhecimentos, “as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela) [...] apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente *narradoras, dissertadoras*” (FREIRE, 1987, p. 57, grifo do autor). A relação educador-educando não deve ser unilateral, ou seja, o educador apenas repassar o conhecimento e o educando apenas absorver, além do que todos são aprendizes, e ser consciente disso fortalece um aprendizado com componentes vivos, recíprocos, não apenas baseados em conhecimentos pré-fixados.

A educação em um país atesta índices importantes do seu desenvolvimento humano e social, como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que classifica o Brasil em 72º posição em 2003 (PNUD, 2004). E, também é a educação a ferramenta mais efetiva para combater as desigualdades sociais.

Mas a educação não anda sozinha. As políticas públicas setoriais de educação, saúde, assistência social, saneamento básico, habitação, e de promoção de renda e emprego devem comprometer-se para o desenvolvimento social e econômico do país. O foco das políticas sociais deve ser a família brasileira, sendo esta o primeiro espaço educacional do ser humano. A educação não caminha sem uma boa alimentação, sem condições dignas de moradia e de atendimento à saúde e, principalmente, sem empregos dignos e capazes de promover o sustento de uma família.

Evidenciado esse contexto, a sociedade civil organizada cria espaços educacionais alternativos de complementação à escola que objetivam a promoção da educação integral de crianças e adolescentes. Entende-se por educação integral aquela que “pressupõe o fortalecimento das oportunidades de aprendizado pela convivência social, pela ampliação

do repertório cultural, pela aquisição de informações, pelo acesso e uso de tecnologias e pelo incentivo à participação na vida pública nas comunidades em que vivem” (CENPEC, 2003, p. 11).

Consciente da relevância do desenvolvimento integral de crianças e adolescente e em concordância com os direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o IGK por meio de seus projetos esportivos e, especificamente, por meio do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, foco de atenção deste trabalho de conclusão de curso, busca com suas ações socioeducativas promover uma educação que os educandos possam se valer ao longo de suas vidas. Assumindo uma pedagogia em prol do desenvolvimento das potencialidades humanas, o PROJETO desenvolve seu trabalho utilizando metodologias que reiteram tal pedagogia.

Assim, além de contribuir com o desempenho escolar de crianças e adolescentes, a educação proporcionada pelo PROJETO estabelece uma relação recíproca entre educador e educando, sempre atenta as aprendizagens advindas dos dois lados. Visa o aprimoramento dos conhecimentos, tanto dos educandos quanto dos educadores, considerando todos sujeitos de direitos e cidadãos merecedores de oportunidades.

A metodologia desenvolvida pelo PROJETO será apresentada no terceiro capítulo, sendo ressaltado os aspectos inerentes aos princípios educativos de ações complementares à escola.

O próximo tópico apresenta a caracterização da comunidade da Lagoa da Conceição, sendo esta o local onde se executam as ações do PROJETO em estudo.



## 2.2 Caracterização da comunidade da Lagoa da Conceição

*Ó Lagoa  
 Ó Lagoa da Conceição  
 Antes tinha muitos peixes agora é só poluição.  
 Ó Lagoa, Lagoa bela  
 Antes todos se banhavam  
 E hoje nem ligam para ela.  
 Recitei essa poesia pra representar tudo que queria  
 Ó Lagoa bela  
 Gostaria que todos cuidassem dela.*

*(Educandos do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE  
 – poesia elaborada durante atividades de leitura e  
 escrita/2004)*

Caracterizar a comunidade da Lagoa da Conceição consiste em um processo importante para, posteriormente, caracterizar o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, uma vez que seus educandos vivem nessa região, ou seja, pertencem a este território. Muitos nela nasceram, os chamados nativos, e muitos outros vieram de outras regiões do estado e do país, e nela encontraram um local para viver, conviver e sobreviver. Neste item, serão mencionados alguns dados demográficos, geográficos, físicos e sociais sobre a Lagoa da Conceição e, também, constará o perfil socioeconômico dos educandos do PROJETO, realizado em 2003, por meio de uma pesquisa com as famílias das crianças e adolescentes participantes do projeto neste ano. Essa pesquisa será apresentada porque demonstra algumas características da população da Lagoa da Conceição.

A Lagoa da Conceição é um distrito da cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Florianópolis caracteriza-se por ser uma cidade continental e insular, sendo que seus distritos distribuem-se nessas duas regiões. Segundo estimativas do IBGE, em 2003, Florianópolis tem uma população de 369.102 habitantes (IBGE, 2004).

O distrito da Lagoa da Conceição fica na parte insular da cidade. Sua área é 55,28 Km<sup>2</sup>, sendo que fazem atualmente parte desse distrito as seguintes localidades: Costa da

Lagoa, Praia e Parque da Galheta, Praia da Joaquina, Lagoa da Conceição, Canto da Lagoa, Retiro da Lagoa, Praia Mole e Porto da Lagoa. Esse distrito originou-se com a Provisão Régia de 07/06/1750. Essas localidades, de acordo com o Censo Demográfico de 2000/IBGE, somam uma população de 9.352 habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2004b). Apesar de Lagoa da Conceição designar um distrito e um bairro, também é o nome da laguna costeira de maior extensão da Ilha de Santa Catarina. Suas águas são salobras e sua forma é alongada no sentido norte-sul. “O canal situado na localidade da Barra da Lagoa faz sua ligação com o mar e permite o fluxo de água e organismos aquáticos entre este e a lagoa, tornando esta uma fonte de recursos pesqueiros para a população local” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2004b).

O setor econômico de Florianópolis está baseado na prestação de serviços públicos, no comércio, na indústria de transformação e no turismo. Assim transcorre na Lagoa da Conceição, sendo que, por ser uma das regiões mais famosas da Ilha e de extrema beleza ambiental, o turismo é uma expressiva fonte de renda para a população.

As expressões culturais originam-se da Cultura Açoriana, sendo esse distrito um dos primeiros colonizados na Ilha de Santa Catarina. São característicos a “Renda de Bilro”, o “Boi de Mamão” e a pesca artesanal.

Com relação à saúde pública, os Centros de Saúde situam-se nas localidades Lagoa da Conceição, Canto da Lagoa e Costa da Lagoa, ficando as demais localidades do distrito atendidas por esses três Centros de Saúde (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2004a).

Quanto à educação, o distrito da Lagoa da Conceição possui 01 escola pública estadual, 06 escolas públicas municipais e 01 escola particular, de acordo com o Censo Escolar de Santa Catarina - Março/2004 (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



E INOVAÇÃO, 2004). A escola particular é o Colégio da Lagoa, com Pré-escola, Ensino Fundamental e Médio e as escolas públicas por localidade e nível de ensino são:

- Escola Estadual Henrique Veras – Lagoa da Conceição – Nível Médio;
- Escola Municipal Henrique Veras – Lagoa da Conceição – Ensino Fundamental;
- Escola Municipal Desdobrada Retiro da Lagoa – Retiro da Lagoa – Pré-escola e 1ª a 4ª séries;
- NEI Orisvaldina da Silva – Lagoa da Conceição – Pré-escola;
- Escola Desdobrada Municipal Costa da Lagoa – Costa da Lagoa – Pré-escola e 1ª a 4ª séries;
- Escola Desdobrada Municipal João Francisco Garcez – Canto da Lagoa – 1ª a 4ª séries;
- NEI Canto da Lagoa – Canto da Lagoa – Pré-escola.

Uma vez apresentados alguns dados característicos do distrito da Lagoa da Conceição, o próximo item caracterizará as famílias dos educandos participantes do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE em 2003 por meio da pesquisa socioeconômica realizada com esse público. Considerando que se trata de uma amostra da população local, o perfil obtido dessas famílias contribui na caracterização dessa comunidade.

## 2.2.1 Perfil socioeconômico das famílias dos educandos do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE/2003

*Lagoa bela, Lagoa formosa,  
Lagoa da meninas com cheiro de rosa.  
Lagoa da união, como todos a chamam Lagoa da Conceição.  
Lagoa amiga que estragamos sua vida.  
Lagoa do sustento, que nos dá o nosso alimento.  
Peixe, camarão e berbigão fazem bem para o coração.  
Coração que estará sempre unido por nós amigos.  
Compaixão devemos ter, para na vida vencer, e a Lagoa proteger.*

*(Educandos do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE  
– poesia elaborada durante atividades de leitura e  
escrita/2004)*

O Serviço Social, por meio de estágio supervisionado, realizou 76 visitas domiciliares no período de abril a agosto de 2003, contemplando o número total de famílias inseridas no PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE neste período. O objetivo principal desta ação foi conhecer a realidade em que viviam as crianças e adolescentes participantes a fim de estabelecer ações de caráter socioassistencial direcionadas às famílias que apresentassem necessidades sociais. Os dados obtidos por meio das visitas demonstram o perfil socioeconômico das famílias estudadas.

A visita domiciliar consistiu em uma entrevista estruturada com um dos pais ou responsável, por meio de um formulário respondido pelo entrevistador, a partir das respostas obtidas e da observação realizada.

No período esboçado participavam do PROJETO 88 crianças e adolescentes, sendo 76 famílias (todas visitadas), onde 10 destas tinham mais de um filho no PROJETO. O número de pais/mães, padrastos/madrastas e/ou responsáveis perfazia um total de 130. Os critérios para a análise dos dados foram pontos do formulário de visita domiciliar. São critérios para a análise: número de filhos, composição familiar, renda familiar, situação da moradia e número de membros da família (têm como referência o número de famílias



visitadas); escolaridade e naturalidade dos pais (a referência é o número de pais/mães, padrastos/madrastas e/ou responsáveis). Assim, seguem os dados obtidos:

Quanto ao número de filhos – gráfico abaixo - verifica-se que 62% das famílias estudadas têm até 02 filhos, 35% tem de 03 a 05 filhos e apenas 03% tem acima de 05 filhos, conforme a Figura 02.

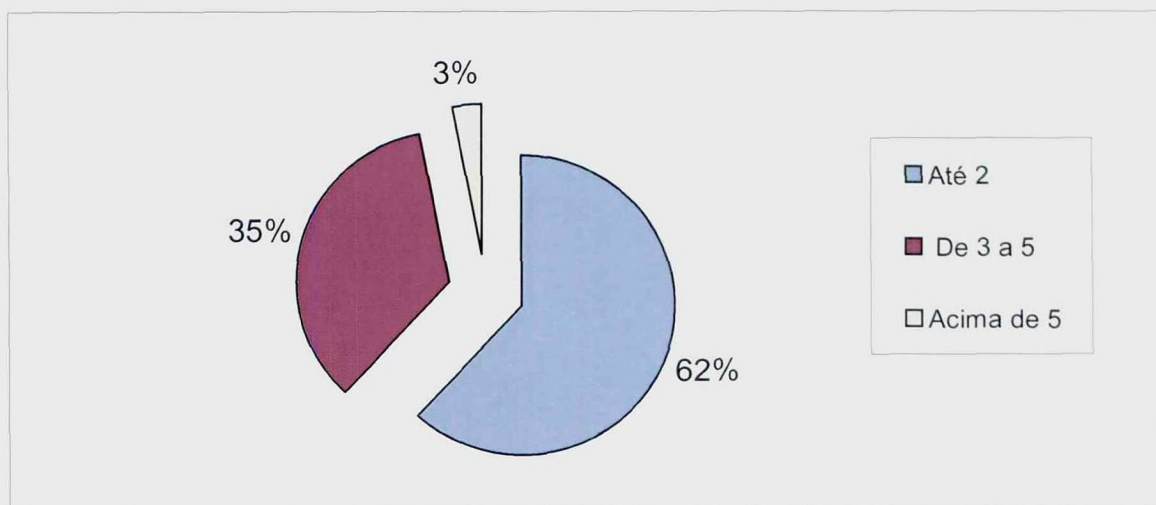


Figura 02 – Gráfico demonstrando o critério N° de filhos

Fonte: HACKEBART, 2003.

A Figura 03 ilustra o gráfico demonstrando o critério Número de membros da família. Neste critério foram relacionadas todas as pessoas que moravam na mesma residência e/ou no mesmo terreno e que compunham a mesma renda familiar. Uma característica da Lagoa da Conceição é que os terrenos não são bem delimitados e muitas famílias, com a mesma origem ou não, vivem neles. São terrenos herdados, passados de geração a geração, ou comprados para construir diversas residências e usufruir aluguel.

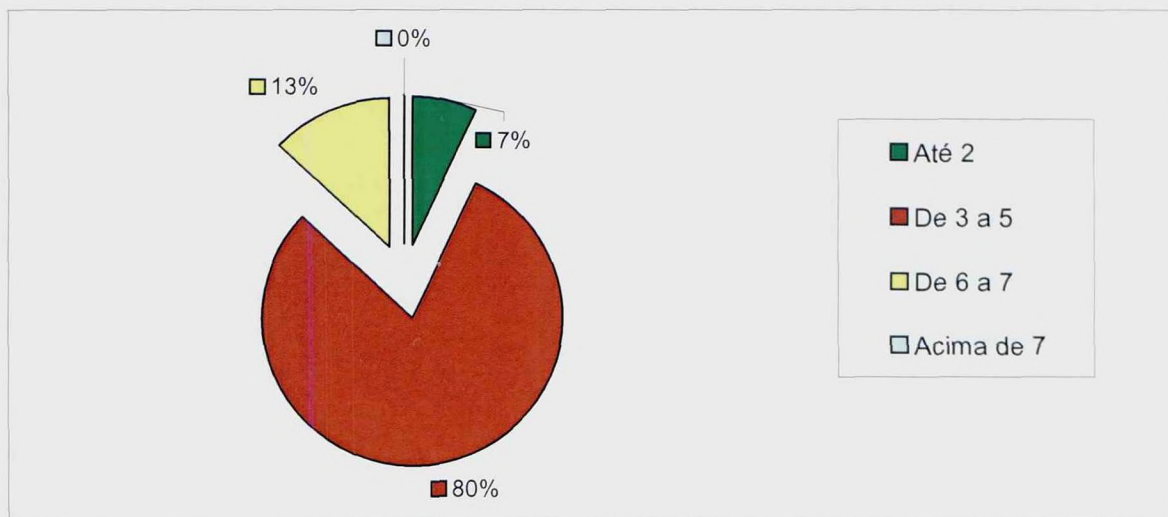


Figura 03 – Gráfico demonstrando o critério N° de membros da família

Fonte: HACKEBART, 2003.

Analisar o número de membros de uma família é importante do ponto de vista das políticas públicas, sendo que é através desse número que se verifica a renda per capita na destinação de recursos provenientes de políticas e programas de complementação de renda.

A situação financeira das famílias demonstra as condições socioeconômicas da comunidade da Lagoa da Conceição. Algumas famílias apresentam renda precária se considerados o número de filhos, a situação da moradia e as vulnerabilidades sociais. A predominância de ganhos está na faixa de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 (38%), mas é significativo o percentual de famílias que vivem com os rendimentos na faixa de R\$ 200,00 a R\$ 500,00 (28%). Outros percentuais estão demonstrados no gráfico da Figura 04.



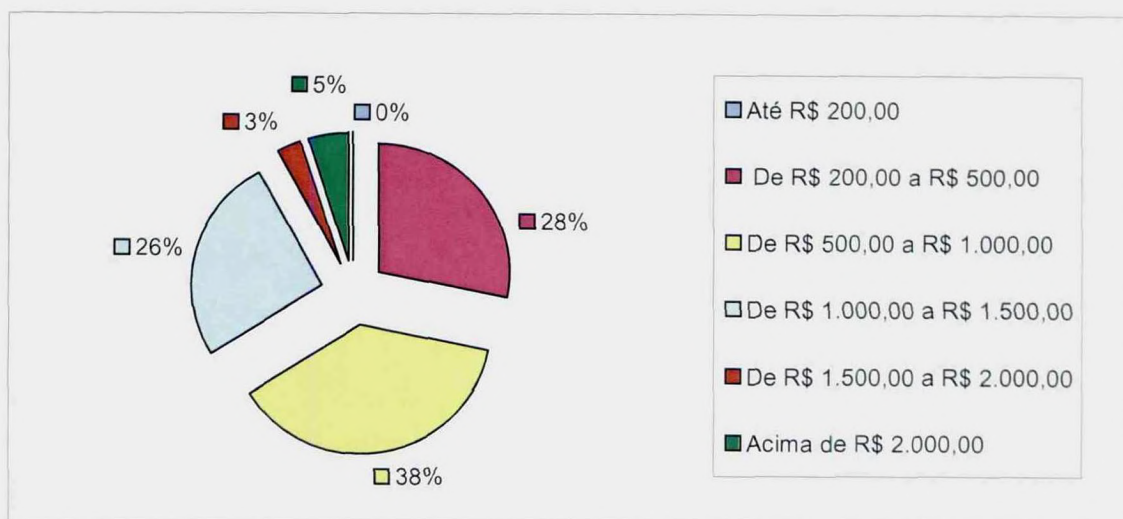


Figura 04 – Gráfico demonstrando o critério Renda familiar

Fonte: HACKEBART, 2003.

Uma situação presente na proveniência da renda dos moradores da Lagoa é a sazonalidade, ou seja, aqueles que vivem do turismo possuem um acréscimo em suas rendas no período do verão. Das famílias estudadas, há uma predominância dos trabalhos domésticos, serviços gerais e renda proveniente de aluguéis.

Quanto à Composição Familiar, há predominância da configuração nuclear: 49% das famílias apresentam essa estrutura. Um número importante é o percentual de famílias monoparentais (27%), como uma das características da configuração da família atual (MIOTO, 1997, p. 118-119). Das famílias monoparentais apenas uma é chefiada por homem, sendo as restantes chefiadas por mulheres. As famílias recompostas, por um dos cônjuges, configuram 20% do total. Em “outros arranjos” agrupamos as famílias onde os filhos são criados pelos avós e/ou tios, conforme a Figura 05.

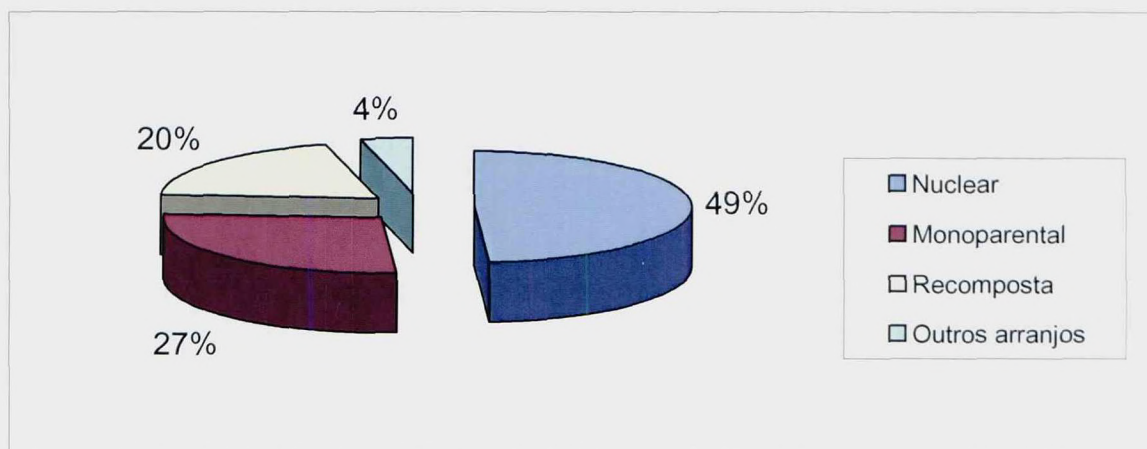


Figura 05 – Gráfico demonstrando o critério Composição familiar

Fonte: HACKEBART, 2003.

A situação da moradia, representada pelo gráfico na Figura 06, demonstra que 67% das famílias possuem casa própria. Esse dado analisado com o gráfico da naturalidade dos pais (Figura 07) onde demonstra que a maioria (54%) é da grande Florianópolis, mais precisamente, moradores da Lagoa da Conceição nos proporciona uma leitura cultural, já que a moradia é passada de geração à geração e, muitas vezes, utilizada como fonte de renda, devido o turismo local.

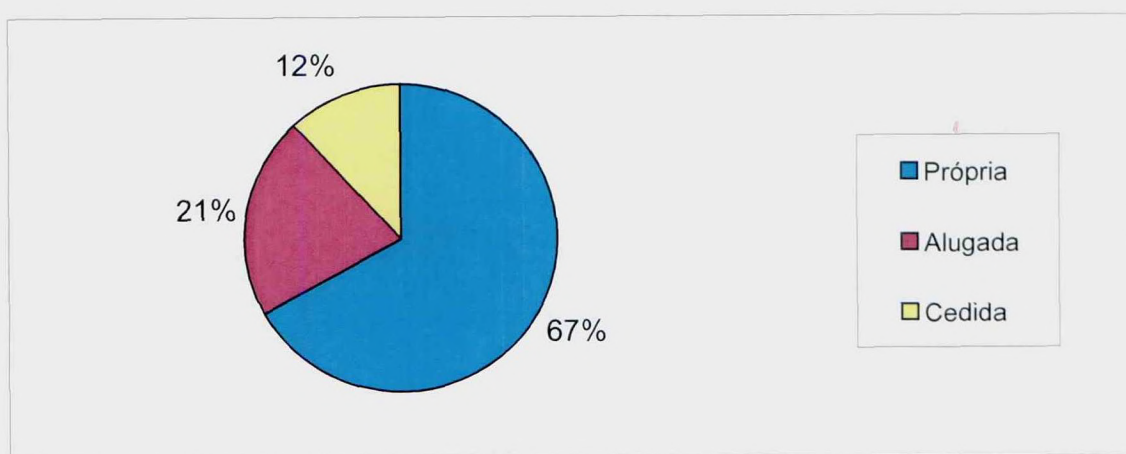


Figura 06 – Gráfico demonstrando o critério Situação da moradia

Fonte: HACKEBART, 2003.



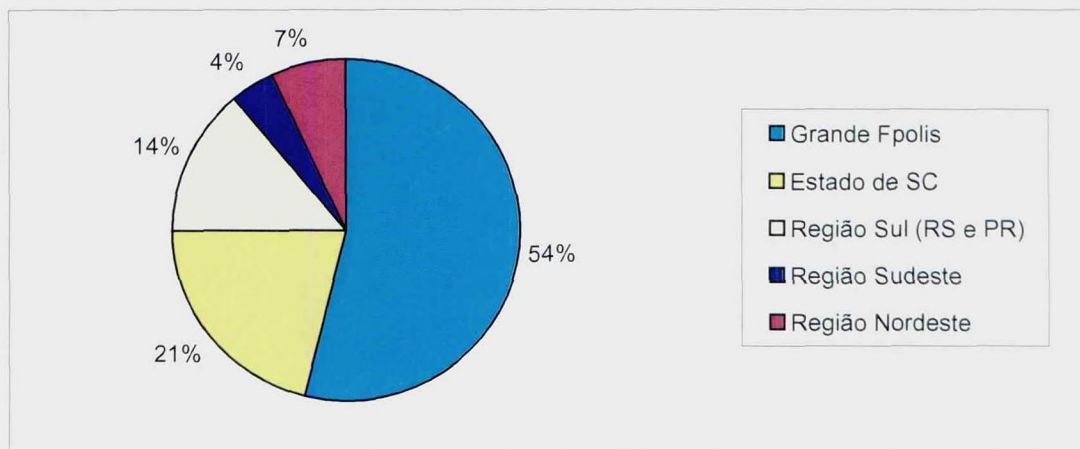


Figura 07 – Gráfico demonstrando o critério Naturalidade dos pais

Fonte: HACKEBART, 2003.

Os dados obtidos sobre a escolaridade dos pais demonstram que quase a metade da população estudada (48%) possui o 1º grau incompleto, 07% o 2º grau incompleto e 05% o 3º grau incompleto, outros dados estão representados na Figura 08.

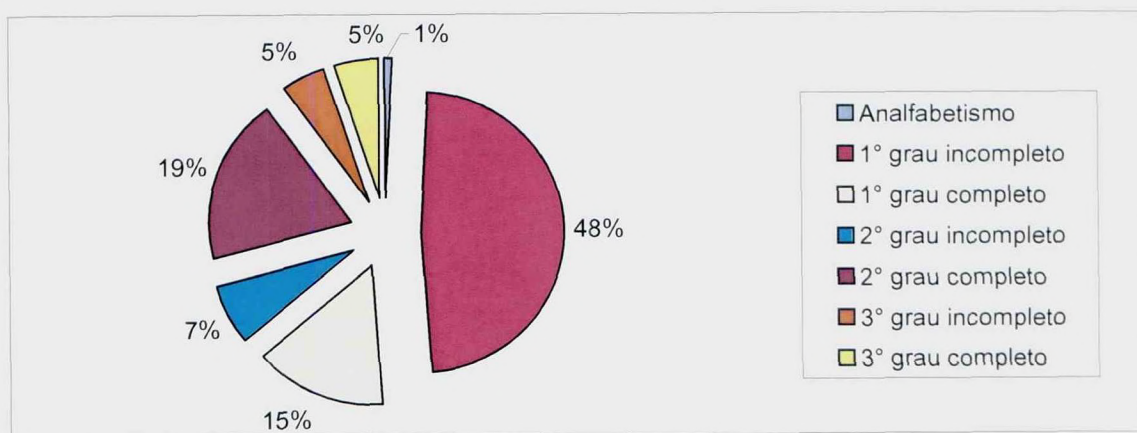


Figura 08 – Gráfico demonstrando o critério Escolaridade dos pais

Fonte: HACKEBART, 2003.

desenvolvimento pessoal e social, de crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de uma visão mais ampla da realidade em que estão inseridos, na busca do exercício pleno de sua cidadania”. Em parceria com a escola e a família, o PROJETO visa proporcionar para seus educandos uma educação para a vida, coerente com a realidade em que vivem e, principalmente, dando subsídios para que possam criar e identificar oportunidades no decorrer de suas vidas.

Os objetivos específicos do PROJETO são os seguintes:

- Investir na formação integral de crianças e adolescentes para sua plena inclusão social;
- Oportunizar um espaço de aprendizagem com qualidade, nas áreas educacionais e esportivas;
- Contribuir com a ampliação de conhecimentos, habilidades, atitudes que favoreçam a permanência e o sucesso dos educandos na escola;
- Proporcionar aos educandos envolvidos, a oportunidade de participar de uma ação conjunta de educação e esporte;
- Apoiar e complementar as ações executadas pela escola;
- Buscar a participação das famílias no desenvolvimento do Projeto. (IGK, 2004b)

Mediante esses objetivos as ações socioeducativas do PROJETO em questão estão norteadas por uma metodologia educacional voltada para o desenvolvimento das potencialidades de cada criança e adolescente participante. Tais metodologias serão descritas e analisadas no capítulo seguinte. Antes disso, é necessário apresentar o histórico do PROJETO, para que se possa trazer sua estrutura e seu modo de funcionamento atuais.

O PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE teve sua implantação em 2002. A partir de estudo realizado nos bairros de Florianópolis, o IGK verificou que a Lagoa da Conceição não tinha nenhuma ação complementar à escola. Desde julho desse mesmo ano, iniciou o processo de articulação de parcerias necessárias para implementar o PROJETO. Foram contatados o clube social do bairro – o Lagoa Iate Clube (LIC) – para verificar a disponibilidade de espaço para desenvolver o PROJETO; o Instituto Ayrton Senna (IAS) para firmar uma parceria técnica, por meio do seu programa de Educação pelo Esporte; as



Universidades da cidade para verificar o interesse em disponibilizar estagiários; e a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com uma escola do bairro para encaminhar os alunos.

Assim, as parcerias foram estabelecidas e o PROJETO iniciou suas atividades em 02 de setembro de 2002. O LIC disponibilizou o espaço físico, sendo de acesso ao PROJETO duas quadras de tênis, duas quadras poliesportivas e uma sala de apoio; o IAS firmou a parceria técnica, proporcionando capacitação técnica à equipe de profissionais do PROJETO; a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) disponibilizou estagiários; e a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Escola Básica Municipal Henrique Veras, aceitaram a proposta e selecionaram os alunos. Outra parceria estabelecida foi com a empresa HEAD no fornecimento do material esportivo.

O PROJETO iniciou atendendo 90 crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, estudantes da Escola Básica Municipal Henrique Veras, no contraturno do horário escolar. Em cada período, matutino e vespertino, 45 educandos participavam das oficinas de Tênis, Estudo e Esportes Coletivos. As oficinas eram desenvolvidas de segunda a quinta-feira, ficando sexta-feira um dia especial de recreação, cultura, lazer e passeios.

No ano de 2002, as atividades foram finalizadas em 12 de dezembro com uma comemoração com os pais. A vigência do PROJETO é de março a dezembro, devido à disponibilidade do LIC, pois nos meses de verão o clube é utilizado por sócios.

Em 2003, o PROJETO manteve-se com a mesma estrutura e funcionamento, mas agregou à sua equipe de profissionais uma estagiária do Serviço Social, estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para iniciar o trabalho com as famílias dos educandos. As parcerias de 2002 deram continuidade, sendo que o IAS além da parceria técnica também consolidou uma parceria financeira. No segundo semestre desse mesmo ano, firmou-se uma parceria com a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). O

PROJETO configurou-se em campo de estágio do Curso de Psicologia dessa universidade, sendo que essa área atua na Psicologia Educacional.

Para o ano de 2004 algumas mudanças foram necessárias. Em termos de parceria, o PROJETO manteve o apoio do LIC, da UNIVALI, da UDESC e do IAS apenas com o acompanhamento técnico, da empresa HAED com o fornecimento do material esportivo e a manutenção financeira apenas do IGK.

Aconteceram mudanças com relação ao processo de seleção de educandos, sendo este agora realizado pelo Serviço Social do IGK e não mais pela escola. Também a inclusão de uma nova escola na seleção dos alunos – Escola Desdobrada Municipal João Francisco Garcez – ampliou a participação da comunidade, visto que esta escola abrange a localidade do Canto da Lagoa.

Com relação ao número de educandos atendidos, permaneceu 90 vagas para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos e acrescentou-se mais 30 vagas para adolescentes de 15 a 18 anos incompletos. As turmas são separadas por faixas etárias: 07 a 09 anos, 10 e 11 anos, 12 a 14 anos e 15 a 18 anos incompletos.

Os dias de atendimento passaram de cinco para quatro dias por semana, sendo que nas terças, quintas e sextas-feiras é atendido o grupo entre 07 e 14 anos, 45 em cada turno, e nas quartas-feiras o grupo entre 15 e 18 anos incompletos, apenas no período matutino. A segunda-feira é o dia em que a equipe se reúne para planejar as atividades da semana posterior e avaliar a semana que passou, mas esses assuntos serão mais especificados no terceiro capítulo. Essa mudança quanto ao número de dias do PROJETO ocorreu devido às avaliações realizadas com educandos e pais, em que relataram a necessidade de mais tempo para estudar em casa e de descanso, considerando que a freqüência das atividades físicas era diária. Assim, pretendeu-se contemplar as considerações dos pais e dos educandos. Verificou-se a relevância dessa mudança analisando e comparando as fichas de saída dos



educandos nos anos de 2003 e 2004. Em 2003, saíram 32 crianças e adolescentes até o final do mês de outubro, sendo o maior motivo o cansaço físico e, em 2004, no mesmo período, esse número se reduziu para 16 saídas no grupo de 07 a 14 anos.

As oficinas foram reestruturadas em: Tênis, Esportes Complementares e Pedagógica, anteriormente Esportes Coletivos e oficina de Estudo, respectivamente. Apesar de demonstrar uma mudança de nomenclatura, pensou-se em Esportes Complementares a fim de trabalhar todos os demais esportes além do tênis, sendo que a oficina de Esportes Coletivos dava a dimensão de ser uma oficina que trabalharia apenas com os esportes como futebol, vôlei, basquete, handebol, que são esportes que se jogam de forma coletiva.

Outra mudança significativa foi na estrutura organizacional do PROJETO. Fazem parte em 2004 as coordenadorias social e pedagógica e a esportiva, além da área da saúde. Para melhor ilustrar essa estrutura, apresenta-se o seguinte fluxograma:

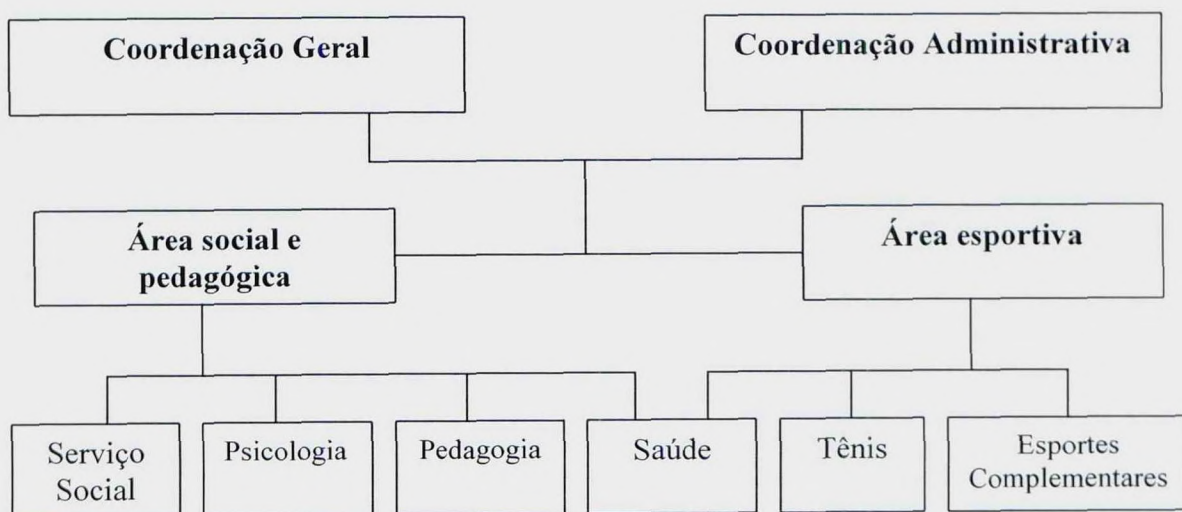


Figura 09 – Estrutura organizacional do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE

Fonte: IGK, 2004b.

Pedagogia, Tênis e Esportes Complementares compõem as oficinas oferecidas, sendo que as outras áreas – Serviço Social, Psicologia, e Saúde – desenvolvem suas atividades nesses espaços. A área da saúde compreende a Enfermagem através de convênio com a UFSC, a Nutrição com o trabalho voluntário de uma profissional dessa área e a Fisioterapia através de convênio com a Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina.

Na oficina de Esportes Complementares é desenvolvida a Ginástica Olímpica com frequência semanal. Esta área incorporou-se ao PROJETO devido ser Projeto de Extensão de Mestrado do Curso de Educação Física da UDESC.

Essa integração interdisciplinar será especificada no terceiro capítulo, sendo neste também descrito o planejamento e a avaliação das ações.

As crianças e adolescentes integrantes do PROJETO recebem uniforme e lanche. Aqueles que moram em localidades mais afastadas, como a Costa da Lagoa (acesso de barco), o Porto da Lagoa e a Praia da Joaquina recebem almoço no próprio local de desenvolvimento do PROJETO.

O próximo item relata as ações voltadas para a família, bem como tece considerações importantes sobre o estudo e a intervenção nessa instituição social.

#### **2.4 Aprendendo a família no PROJETO: os Encontros de Pais**

Estudar e analisar famílias são tarefas que implicam desprendimento/rompimento com os padrões culturais e sociais do profissional responsável e capacitado para realizá-las. De acordo com Velho (1997, p. 124), dentro da sua própria sociedade, o cientista social deve estranhar o conhecido e relativizar a sua posição social, para que sua avaliação seja imparcial e objetiva.



As famílias na atualidade assumem diversas características provenientes do meio social e época histórica em que estão inseridas. Compreender porque as famílias modernas assumem características diferentes do aludido “modelo ideal”, faz parte da contextualização necessária ao processo de estudo social.

A configuração familiar moderna assume características como: a redução do número de filhos; o predomínio das famílias nucleares; a inserção da mulher no mercado de trabalho; o maior número de uniões consensuais; o crescimento das famílias monoparentais e chefiadas por mulheres; o crescimento das famílias recompostas; o aumento da gravidez na adolescência; o aparecimento das famílias compostas por homossexuais e o aumento das pessoas que vivem só (MIOTO, 1997, p. 118-119).

De acordo com Ribeiro (1999, p. 08), “toda a realidade social é uma construção humana”. Essa construção é permeada por valores étnico-culturais, morais, sociais e econômicos e está em constante transformação.

Portanto, ao se estudar e analisar famílias temos sempre que compreendê-las como parte integrante dessa construção humana em transformação. Viver em família é um processo de constantes mudanças, adaptações e desafios.

Pensar em trabalhar com crianças e adolescentes hoje significa também atender sua família, que muitas vezes, é afetada diretamente pelos problemas que a sociedade vivencia.

Neste sentido, para que as políticas sociais, que objetivem o atendimento de crianças e adolescentes, sejam efetivas, deve-se considerar a inserção de suas famílias. O contexto que envolve a criança e o adolescente deve ser analisado a partir da situação vivenciada por sua família, sendo impossível considerá-los separadamente no momento de formular e executar políticas de promoção de direitos.

A família brasileira de baixa renda, no cenário político-econômico, não é entendida como uma totalidade, tendo em vista a fragmentação das políticas sociais, sendo as mesmas direcionadas ao atendimento individual e não familiar (MIOTO, 1997, p. 126).

Em uma conjuntura de recessão e desemprego, a subsistência pelo trabalho é quase impossível. A classe trabalhadora e a família brasileira ficam vulneráveis ao mercado de trabalho informal e à falta de emprego. Essas condições causam o aumento da pobreza e “ampliam significativamente o contingente social que vive em situação de miséria” (LOPES, 1990 apud VIEIRA et al, 1994, p. 17). Diante disso, fazem-se necessárias a articulação e a integração das políticas setoriais, como educação, saúde, habitação entre outras, visualizando a família como foco de atenção.

Portanto, a inserção das famílias em programas sociais, através de ações comprometidas com os princípios da cidadania, reitera a percepção de família como totalidade e avança para uma condição de parceria na promoção de uma educação para a vida de crianças e adolescentes, integrando família, Estado e Sociedade.

No PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, os princípios que sustentam suas ações estão baseados na articulação dos eixos fundamentais, para a formação integral de crianças e adolescentes: família, escola e ação complementar (PROJETO), potencializando esforços e possibilitando uma ação conjunta e sólida, para alcançar os objetivos propostos.

A família é a instituição base da sociedade, é o primeiro espaço de referência e tem importância fundamental no processo de socialização das crianças e adolescentes, pois tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, “é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou forma como vêm se estruturando” (KALOUSTIAN, 1994, p. 11).



É preciso, portanto, desenvolver ações que visem a melhoria das condições de vida da família, para que esta possa garantir os direitos básicos de seus membros.

Por outro lado, a escola tem como função formar integralmente as novas gerações, colaborando para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais para o exercício consciente da cidadania, fazendo com que os educandos tenham como meta à construção de seu projeto de vida, e uma participação na vida da comunidade.

Esta ação em conjunto, busca desenvolver valores e atitudes nas crianças e adolescentes, confirmando, ampliando e transformando, o que elas sabem e o que podem aprender, num processo de aprendizagem entre educador e educando.

No PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE trabalhamos com as famílias através de:

- Reuniões para apresentar o modo de funcionamento e avaliação das atividades;
- Participação dos pais em eventos e nas atividades cotidianas;
- Visitas domiciliares com o objetivo de estabelecer vínculos com as famílias e colaborar no encaminhamento de necessidades sociais e questões pertinentes ao desenvolvimento de seus membros;
- Encontros de Pais mensais que tem como objetivo proporcionar um espaço de discussão sobre o desenvolvimento dos filhos, bem como ampliar os conhecimentos sobre temas pertencentes ao dia-a-dia das crianças e adolescentes de hoje.

O Encontro de Pais é uma ação que fortalece em muito as relações entre pais, crianças e adolescentes e PROJETO e, é a ação mais direcionada à família, portanto, será mais bem descrito neste trabalho.

Nestes encontros são discutidos assuntos de interesse das famílias, sendo que os temas são propostos pelos participantes dos encontros. Esses espaços de informação, discussão e reflexão não são restritos apenas aos pais dos educandos, também é disponibilizado para a comunidade.

Os encontros são estruturados com palestras e dinâmicas. Os temas das palestras, o dia e o horário são estipulados pelos pais e, a cada encontro é chamado um palestrante para discorrer sobre o tema escolhido. Os pais são avisados por meio de convites, entregues aos educandos com antecedência.

*Eu tenho muitos problemas com a M. e agora estou sabendo como conversar com ela.*

*(Relato de uma mãe em uma avaliação realizada sobre os Encontros de Pais/2004)*

Essa ação teve início em outubro de 2003, assim que encerradas as visitas domiciliares da pesquisa socioeconômica. Nesse ano aconteceram quatro encontros quinzenais. Abaixo lista-se as datas, os temas das reuniões e o número de famílias participantes:

- 06/10/2003 – Escolha dos temas, dias e horários, 15 famílias
- 23/10/2003 - Sexualidade: curiosidades e comportamentos de filhos e educandos perante o sexo, 12 famílias
- 13/11/2003 – Continuação sobre Sexualidade, 03 famílias
- 20/11/2003 – Drogas e seus efeitos na família, 12 famílias

Em 2004 aconteceram oito encontros mensais. O primeiro encontro desse ano foi no dia 27 de abril, e apresentou-se para as 26 famílias presentes o resultado da pesquisa realizada em 2003, ou seja, o perfil socioeconômico das famílias dos educandos do PROJETO daquele ano. Também aconteceu a escolha dos temas que seriam abordados no decorrer das reuniões.





Figura 10 – Fotografia da reunião do 1º Encontro de Pais

Fonte: IGK, Arquivo fotográfico, 2004.

Abaixo estão relacionadas as datas, os temas abordados ou atividades realizadas e o número de famílias presentes nos encontros:

- 26/05/2004 – Educação na escola e na família, 22 famílias
- 29/06/2004 – Educação, incivilidade e processo civilizador, 20 famílias

Nos temas sobre Educação, foram ressaltados como lidar com os filhos em situações específicas, tanto na família como na escola. Disciplina, estabelecimento de limites, respeito, dificuldade de aprendizagem, agressividade e violência nortearam os questionamentos.

- 29/07/2004 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 15 famílias

Quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente foi priorizado esclarecer aos pais qual sua função social. Também por meio do debate desse tema foi contextualizada a infância e esclarecido seu conceito perante os sistemas legais.

- 31/08/2004 – Comunicação entre pais, filhos e educadores, 31 famílias

Este tema trouxe considerações sobre as dificuldades na comunicação entre pais e filhos. Foram exemplificados alguns casos ressaltando os dissensos ocorridos e como percebê-los e evitá-los.

- 28/09/2004 – Primeiros Socorros em vítimas de acidentes, 09 famílias

Com este assunto buscou-se apreender os conhecimentos sobre primeiro socorro de uma forma simplificada e de alcance tanto de adultos quanto de crianças e adolescentes. As famílias foram instruídas em como proceder em caso de acidentes tanto em casa quanto na rua. Para isso aprenderam como acionar os serviços de emergência e a prestar os primeiros socorros a vítima acidentada. Como primeiros socorros aprenderam a verificar a pulsação e respiração de pessoas acidentadas e desacordadas; a realizar a massagem cardíaca em casos de insuficiência cardiorespiratória; como movimentar uma pessoa acidentada; e, como proceder em casos de obstrução da respiração por objetos ou alimentos nas vias respiratórias.

*Eu acho muito importante estes encontros, porque não só nossos filhos aprende, mas nós os pais também.  
(Relato de uma mãe em uma avaliação realizada sobre os Encontros de Pais/2004)*

- 26/10/2004 – Pais e escola: entendendo a Associação de Pais e Professores e o Conselho Municipal de Educação, 09 famílias

Sobre esse tema, as famílias buscavam entender o processo de participação dos pais na escola, e também em conhecer o trabalho e a função dos Conselhos de Educação. Com base nos questionamentos levantados enfatizou-se os mecanismos de participação dos pais na escola e de validação de direitos referentes ao meio escolar, e em como assegurar um ensino de qualidade e boas condições do espaço físico da escola. Também foram traçadas orientações quanto aos procedimentos referentes às denúncias direcionadas a Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação.



- 23/11/2004 – Encontro final de avaliação e confraternização, 32 famílias

Neste encontro as famílias avaliaram o trabalho desenvolvido pelo PROJETO com seus filhos, avaliaram os encontros de pais, tiraram suas dúvidas e deram sugestões. Os pais presentes avaliaram que o PROJETO tem contribuído muito no relacionamento familiar, na convivência com os amigos e no rendimento escolar. Os filhos demonstram um senso de responsabilidade maior frente aos estudos e aos cuidados pessoais. Este momento foi muito importante para a equipe de trabalho, pois as famílias deram depoimentos que constata a efetividade das ações do PROJETO.

*“...eu procuro sempre trazer para junto de minha família tudo de bom que eu aprendo nos encontros”.*  
*(Relato de uma mãe em uma avaliação realizada sobre os Encontros de Pais/2004)*

Por meio das discussões desses temas, os pais participantes dos encontros, puderam esclarecer suas dúvidas, aprender novos conhecimentos e trocar experiências.

A família na vida de um ser humano constitui no primeiro espaço de educação. É nesse espaço que a criança estabelece seus primeiros vínculos afetivos e conceitos morais e, é a partir de sua família que a criança começa a se perceber como sujeito na sociedade. Respeitando esse espaço e aliando-se a ele, o PROJETO busca a confiança da família como estratégia para efetivar o trabalho com as crianças e os adolescentes.

De acordo com o CENPEC (2002, p. 52):

As ações e programas que vêm obtendo melhores resultados no atendimento à criança e ao adolescente caracterizam-se pela interação regular com as famílias, seja aliando-se a elas inicialmente para atrair as crianças, seja organizando sua participação sistemática nos trabalhos, seja conduzindo a reaproximação da criança com sua família.

As ações que envolvem a família no PROJETO estabelecem a confiança necessária para a efetividade das ações direcionadas às crianças e aos adolescentes participantes. Segundo Hassenpflug (1999), propor ações dessa natureza promove a cidadania e valoriza a criança ou o adolescente em relação à sua família, o que certamente contribuirá para o fortalecimento de seu autoconceito e o da própria família.

*Sim, os encontros contribuíram no relacionamento familiar.  
Creio que me ajudou a ser mais tolerante e medir  
mais minhas ações em família.  
(Relato de uma mãe em uma avaliação  
realizada sobre os Encontros de Pais/2004)*

Além de conquistar a confiança da família no PROJETO e estabelecer um vínculo na promoção da educação dos filhos, o Encontro de Pais amplia os conhecimentos dos pais ou responsáveis e proporciona mudanças de atitudes frente à educação promovida pela família aos seus membros.



### 3 INOVAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE

#### 3.1 Os pilares da educação preconizados pela UNESCO e a educação por meio do esporte

Um dos componentes da pedagogia desenvolvida no PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE constitui-se nos quatro pilares da educação preconizados pela UNESCO aplicados por meio do esporte. São princípios educativos inovadores, teorias e metodologias que promovem um aprimoramento da educação como ferramenta de construção de uma sociedade mais igualitária e equitativa em oportunidades.

Os quatro pilares da educação estabelecidos pela UNESCO são: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser. Estes foram formulados por um grupo de personalidades mundiais em educação, coordenados por Jacques Delors e estão registrados no *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Diz o Relatório:

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes (DELORS, 2001, p. 77, grifo do autor)

O planejamento pedagógico norteado por esses pilares conduz os educandos a desenvolverem habilidades e valores básicos que são aprendizagens para a vida e não

apenas para a aprovação escolar. É diferente dos currículos formais e universais difundidos por políticas nacionais, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases no Brasil, que estabelece uma uniformidade a ser seguida por toda a rede escolar pública apenas alimentando dados quantitativos referentes à escolarização da população infanto-juvenil.

Dados trazidos no Relatório demonstram que no ensino formal o direcionamento educativo concentra-se, basicamente, no aprender a conhecer e, em escala menor, no aprender a fazer. As competências produzidas por esses pilares resultam no saber-fazer, o que apenas traz subsídios para a inclusão no setor econômico das sociedades. É preciso alargar os caminhos do ser humano, para isso são necessárias que essas quatro aprendizagens tenham atenção igual nos espaços educacionais, para que a educação seja completa e ensine as pessoas a aprenderem a conviver e, principalmente, a aprenderem a ser.

Os quatro pilares, que serão aqui descritos, constituem a base da educação que na visão da *Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* promovem nas crianças e adolescentes habilidades, atitudes, valores e competências para serem cidadãos verdadeiros, capazes de transporem suas aprendizagens escolares para a vivência ativa ao longo da vida e de se reconhecerem como sujeitos em um mundo globalizado, mas conscientes de sua realidade e competentes para mudarem suas condições de vida. Assim, caracteriza-se os quatro pilares da educação (IGK, 2002)<sup>1</sup>:

### **Aprender a Conhecer**

Em nosso país a distribuição do conhecimento é privilégio de alguns e discriminação e exclusão para outros. É uma urgência democratizar estes conhecimentos, e

---

<sup>1</sup>A descrição e caracterização dos pilares apresentada é uma síntese realizada pelo Instituto Guga Kuerten em material disponibilizado aos educadores em capacitações técnicas.



é responsabilidade de toda sociedade buscar alternativas para torná-los acessíveis a todos.

Aprender a conhecer é oportunizar as crianças e adolescentes uma melhor compreensão do mundo a sua volta, e poder analisar criticamente essa realidade, para assim alcançar alguma transformação.

Sabe-se que a escola é o espaço mais privilegiado para realizar esta ação, porém todos os espaços educativos precisam buscar estratégias para contribuir na ampliação de informações de seus educandos, incentivando o gosto pela leitura, e pela escrita.

Mas, também é preciso que os educadores acompanhem os avanços da vida moderna, e procurem estar num processo constante de aprendizagem, valorizando o seu conhecimento e adquirindo novos saberes.

As crianças precisam aprender a refletir sobre as próprias aprendizagens, aprender com a própria experiência.

Aprender a conhecer é levar o educando a dominar os instrumentos para o conhecimento, é construir o caminho do conhecimento, em vez de adquirir saberes codificados.

Esse pilar desenvolve a **competência cognitiva**, dentre estas estão as competências cognitivas mínimas e as metacognitivas. As cognitivas mínimas compreendem a leitura e a escrita; o cálculo e a resolução de problemas; a análise e interpretação de dados, fatos e situações; o acesso à informação acumulada; e a interação crítica com os meios de comunicação. As competências metacognitivas, o aprender a aprender – autodidatismo; aprender a ensinar – didatismo; e aprender a conhecer – construtivismo.

### **Aprender a Fazer**

Este pilar está intimamente ligado ao anterior, pois visa ensinar o educando a levar seus conhecimentos à prática, ou seja, trata-se da formação profissional.

Mas, para competir no mercado de trabalho que está em constante transformação, e cada vez mais exigente, não basta ter apenas conhecimentos específicos, é preciso adquirir conhecimentos para desempenhar qualquer função profissional com competência, englobando: aptidão de trabalhar em equipe, de decidir em grupo, de gerir e resolver conflitos, uma boa articulação verbal, espírito de iniciativa, criatividade e autonomia.

A melhor preparação para o mundo do trabalho é oferecer educação de qualidade, garantindo aquisição de conhecimentos para o bom desenvolvimento de suas competências pessoais e sociais.

Aprender a fazer é preparar o educando para colocar em prática os conhecimentos e adaptar a educação ao trabalho futuro, desenvolvendo a **competência produtiva**.

Trabalhar as competências produtivas é praticar habilidades:

- Básicas – entendidas como o domínio funcional da leitura, escrita e cálculo;
- Específicas – definidas como atitudes, conhecimentos técnicos e competências demandadas por profissões, serviços e ocupações no mercado de trabalho;
- de Gestão – compreendidas como competências de auto-gestão, co-gestão, associativas e de empreendedorismo, fundamentais para a geração de trabalho e renda.

### **Aprender a Conviver**

Neste mundo moderno estamos muito voltados à competição e ao sucesso individual e não para um convívio igualitário e solidário.

Temos então um grande desafio de superar essa situação, e sabemos que é tarefa de muitas áreas, inclusive da educação.

E, os espaços educacionais, têm um importante papel de desenvolver estratégias para atingir esse fim, aprendendo a enfrentar essas situações por meio do diálogo, da troca de argumentos, com respeito e adoção de princípios éticos e humanos.



Aprender a conviver é aprender a lidar com a agressividade natural do ser humano, transformando-a em coragem para enfrentar outros combates, por isto, é importante ensinar os educandos a não agredir os colegas, ressaltando a importância do desenvolvimento da solidariedade, cooperação, e do respeito as diferenças individuais.

Aprender a conviver é construir um contexto igualitário para educandos perseguirem projetos comuns, em vez de apenas propiciar a comunicação entre membros de grupos diferentes, desenvolvendo a **competência relacional**.

A competência relacional pode se dividir em competências interpessoais e sociais. As interpessoais compreendem a amizade, o amor, a familiaridade, o companheirismo, e as relações afetivo-sexuais. As competências sociais promovem a solidariedade, o espírito comunitário, a cidadania, a urbanidade, o patriotismo e o humanitarismo.

Estas competências desencadeiam algumas aprendizagens:

- Aprender a não agredir o semelhante;
- Aprender a comunicar-se;
- Aprender a interagir;
- Aprender a decidir em grupo;
- Aprender a se cuidar;
- Aprender a cuidar do lugar em que vivemos;
- Aprender a valorizar o saber social; e
- Aprender a lidar com as diferenças.

### **Aprender a Ser**

Este pilar se apóia na realização da pessoa na sua totalidade, com oportunidade de aprender a ser melhor e a tornar o mundo melhor por meio de suas próprias ações. Assim, envolve o conhecimento de nós mesmos, do outro e do mundo que nos rodeia.

Aprender a ser é preparar o educando, através da educação, para conhecer e compreender a sua realidade, sentindo-se responsável por suas atitudes.

Trata-se, portanto, de promover a autonomia, o espírito de iniciativa, e aprender a lidar com a liberdade respeitando o limite dos outros. É também entrar em contato com a própria criatividade, com seus sentimentos e com sua imaginação.

Aprender a ser é desenvolver na pessoa do educando: a inteligência, a sensibilidade, o sentido estético, a responsabilidade e a espiritualidade, desenvolvendo a **competência pessoal**.

As competências pessoais promovem:

- Autoconsciência – compreender e aceitar-se;
- Autovalorização – atribuir-se uma significação positiva;
- Auto-estima – gostar de si mesmo, apreciar-se;
- Autopercepção – identificar seus pontos fortes e fracos;
- Autoconceito – formar uma idéia precisa de si mesmo;
- Autoconfiança – apoiar-se, primeiro, em suas próprias forças;
- Autoprojeção – ter projeto de vida;
- Autonomia – reger-se por critérios próprios;
- Auto-realização – consciência de estar no caminho certo e de não estar parado.

Esse pilar é muito importante, pois é a partir dele que o ser humano apreende competências, habilidades e valores necessários para estabelecer seu projeto de vida, sendo esta condição imprescindível para sonhar, transformar e edificar um futuro digno de um ser humano.

De acordo com Delors (2001, p. 18) “o conceito de educação ao longo de toda a vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI. Ultrapassa a distinção



tradicional entre educação inicial e educação permanente. Vem dar resposta ao desafio dum mundo em rápida transformação[...]

Este mundo em constante transformação não aceita e não inclui pessoas destituídas de escolarização e, contraditoriamente, esta não basta para a plena inclusão social; é preciso ser cidadão, e isto não se consegue apenas com diplomas e índices nacionais comprovando o aumento da taxa de alfabetização e escolaridade. Educar para “sobreviver” neste mundo injusto é tarefa fácil, nem precisa de escola; educar para viver e ser pessoas conscientes de sua cidadania e função social vai além do que temos como currículo educacional.

Em concordância com essa forma de educar e com autonomia para estabelecer seus princípios educativos, o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE assume essa pedagogia como norteadora das suas ações socioeducativas. Sendo um projeto social, educacional e esportivo, complementar à educação escolar e familiar, relaciona os pilares ao planejamento das oficinas esportivas e pedagógica que o estruturam, com o objetivo de que seus educandos desenvolvam suas potencialidades individuais.

Ações complementares à escola possuem características comuns no que se refere à autonomia de planejamento pedagógico e aos princípios educativos. Enfatizando a denominação disseminada pelo CENPEC (2003, p. 14),

[...]ações complementares à escola são as práticas educativas desenvolvidas na perspectiva da educação integral de crianças e adolescentes de maneira continuada e em períodos alternados à escola[...] são iniciativas da comunidade que possuem um caráter de utilidade pública e são oferecidas gratuitamente[...] possuem um projeto pedagógico singular, considerando cuidados, socialização e participação na vida da comunidade[...] estão na área comum entre as políticas de proteção e de educação, contemplando ambas na mesma ação.

Aliado aos quatro pilares, o esporte é um instrumento de educação que é capaz de influir essas aprendizagens no público infanto-juvenil de uma forma lúdica, criativa e

prazerosa. Através de atividades esportivas podemos engajar os educandos em projetos coletivos que envolvam ações sociais voltadas para a comunidade em que vivem, desenvolvendo responsabilidade, respeito e comprometimento com a vida comunitária. Também por meio do esporte, brincadeiras, jogos lúdicos e populares, o educador pode possibilitar aos educandos um ambiente para o autoconhecimento, desenvolvimento do respeito mútuo, de novas habilidades e atitudes frente à convivência social, aprimorando seus conhecimentos e vivências, tanto na escola e na família como posteriormente na vida profissional.

Influir as competências relacionadas com os pilares requer um planejamento pedagógico direcionado ao que se quer atingir, ou seja, programando atividades que promovam o aprendizado esperado pelos pilares. O próximo item descreverá como o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE elabora seu planejamento embasado nos pilares da educação e na interdisciplinaridade.

### **3.2 O planejamento interdisciplinar da ação educativa: a integração necessária ao desenvolvimento das potencialidades humanas**

Planejamento e interdisciplinaridade são conceitos e práticas fundamentais ao processo pedagógico desenvolvido no PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE.

Para contemplar um trabalho voltado ao desenvolvimento das potencialidades humanas tendo como ferramenta a educação por meio do esporte é de suma importância ter um planejamento interdisciplinar que relacione diferentes áreas do conhecimento na proposição dos objetivos da ação educativa e na previsão dos resultados esperados.



Este item ilustrará as áreas que compõem a estrutura do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, já mencionada no segundo capítulo, relacionando-as aos seus principais objetivos. Também será descrita a sistematização do planejamento interdisciplinar.

Para esclarecer o planejamento interdisciplinar realizado, é necessário, primeiramente, conceituar estas categorias.

Entende-se por planejamento a formulação de ações a partir de um processo racional, com dimensões políticas e sociais, que implica em reflexão crítica, decisão, ação e tomada de decisão. “O processo de planejamento supõe um método, uma ordenação ou caminho, o que em última instância poderá ser encontrado nos hábitos e capacidade da inteligência humana, nos processos do conhecimento e da ação” (BARBOSA, 1991, p. 28).

Assim, planejar ações significa traçar objetivos e resultados, de uma forma sistematizada dando às ações uma verificação consistente. Como parte de qualquer tipo de planejamento, a avaliação é componente importante na tomada de decisões.

O planejamento das ações educativas do PROJETO em questão estabelece características inerentes ao planejamento participativo, que considera as necessidades dos atores sociais envolvidos, a realidade social vivenciada pelos mesmos a partir da análise da conjuntura existente. Então, de acordo com Sposati (apud BARBOSA, 1991, p. 123), planejamento não se trata apenas de uma metodologia, mas de uma postura de intervenção, onde a população é parte integrante do processo e nele toma parte ativa, dinâmica, deliberada e consciente.

A interdisciplinaridade vem solidificar e ampliar o planejamento, já que este visa a educação integral do público-alvo. “A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão e exploração de seus limites, mas acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade” (ETGES apud ON, 1995, p. 157).

A composição de uma equipe interdisciplinar na formulação e execuções de ações sociais, “situa-se como uma das formas de dar rentabilidade às atividades humanas, superando as ações fragmentadas e buscando uma visão de globalidade, atributo dos fenômenos e fatos sociais” (NOGUEIRA, 1998, p. 41-42).

Sendo assim, as áreas que integram o PROJETO, compondo a equipe interdisciplinar são: Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Educação Física e a área da Saúde, por meio das disciplinas de Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia. A seguir apresenta-se os objetivos e/ou trabalho realizado pelas áreas.

O Serviço Social, além da função de coordenação social e pedagógica do PROJETO, têm objetivos específicos de atuação, listados abaixo:

- Promover a garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes participantes do PROJETO, previstos no ECA;
- Conhecer a realidade em que vivem os educandos;
- Buscar a participação ativa das famílias nas atividades desenvolvidas no PROJETO;
- Orientar as famílias na busca de seus direitos sociais;
- Realizar encaminhamentos das famílias aos serviços institucionais e comunitários disponíveis;
- Realizar um trabalho que contribua para o fortalecimento na comunicação entre pais e filhos; e
- Colaborar com o trabalho de integração da equipe dos educadores.

A Psicologia atua em um dia específico da semana com os educandos, propondo atividades da Psicologia Educacional e, também, na Reunião de Planejamento Semanal fazendo um trabalho voltado para o fortalecimento da equipe enquanto grupo de trabalho.

A área da Saúde agrega outras disciplinas como Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição. A Enfermagem, por meio de Projeto de Extensão do Departamento de



Enfermagem da UFSC, vem desenvolvendo a questão dos Primeiros Socorros com os educandos desde o início desse ano, tendo realizado um cronograma para 2004, esta área atua na oficina Pedagógica quinzenalmente. O Curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina vem realizando, desde outubro de 2004, uma avaliação postural com as crianças e adolescentes, também atua quinzenalmente na oficina Pedagógica. Com o trabalho voluntário de uma nutricionista, esta área atua semanalmente participando ativamente do planejamento semanal.

Para demonstrar o trabalho desenvolvido em cada oficina relacionam-se seus principais objetivos e, ainda, ilustra-se com fotografias dos educandos participando de algumas atividades.

A oficina de Tênis pretende apresentar essa modalidade esportiva e seus fundamentos como meio de desenvolvimento físico, educacional e social, promovendo hábitos de conduta, saúde e interação social através de exercícios técnicos e atividades lúdicas.



Figura 11 – Fotografia de atividade na oficina de Tênis. Jogo de tênis no gramado utilizando o mini-tênis.

Fonte: IGK, Arquivo fotográfico, 2004.

Como pode ser observado na Figura 11, o tênis pode ser trabalhado de diversas formas diferentes do esporte usual. Sendo uma modalidade esportiva que não engloba a coletividade, no PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE é desenvolvido para turmas de 15 educandos onde todos jogam e brincam juntos. Outra diferenciação é que apesar de serem disponibilizadas quadras próprias para a prática desse esporte, o PROJETO utiliza outros espaços, como gramados e quadras poliesportivas, observando o material necessário como bolas de esponja e mini-tênis, comprovando que o tênis pode ser proporcionado independente das condições oferecidas.

Na oficina Pedagógica é proporcionado aos educandos um espaço educativo para que desenvolvam suas habilidades cognitivas, intelectuais e sociais adquirindo novos conhecimentos e buscando uma formação integral. Para isso, é preciso incentivar o aluno a pensar, raciocinar cientificamente e desenvolver sua capacidade de reflexão e de independência de pensamento.



Figura 12 – Fotografia de atividade na oficina Pedagógica. Produção de massa de modelar.

Fonte: IGK, Arquivo fotográfico, 2004.



A oficina Pedagógica também é um espaço propício para realizar as tarefas escolares, estimulando a aprendizagem, o hábito de estudar, visando transmitir uma aprendizagem significativa e eficaz, para garantir seu sucesso na escola, melhorando o seu rendimento escolar e contribuindo no índice de aprovação.

Promover a iniciação esportiva de forma orientada, respeitando os limites fisiológicos, intelectuais e sociais, através de um trabalho educativo, formativo e lúdico (lazer, educação, saúde e cidadania), respeitando as diferentes fases de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente, é o principal objetivo da oficina de Esportes Complementares. Partindo do princípio de priorizar sua cultura social e esportiva, esta oficina desenvolve esportes e brincadeiras preferidos dos educandos, mas, busca, a partir dos interesses destes, proporcionar conhecimento, informação e vivência de esportes desconhecidos da sua realidade cultural.



Figura 13 – Fotografia de atividade na oficina de Esportes Complementares. Jogo de futebol em duplas.

Fonte: IGK, Arquivo fotográfico, 2004.

As três oficinas caracterizadas compõem a organização diária das atividades. A equipe interdisciplinar, composta pelas áreas até então mencionadas elaboram o planejamento de forma integral, ou seja, em conjunto discutem, refletem e sistematizam as atividades que serão aplicadas. Semanalmente essa equipe se reúne para planejar e avaliar.

A Reunião Semanal de Planejamento acontece sempre às segundas-feiras. Nesta é planejada a semana subsequente e avaliada a semana que passou. Esse espaço também é reservado para o aprimoramento de conhecimentos técnicos e de trocas de conhecimentos específicos das áreas.

A prática pedagógica é sistematizada por meio de *projetos educativos interdisciplinares*, sendo estes um planejamento geral norteado por um tema central estabelecido de acordo com as necessidades educacionais e sociais verificadas com os educandos, ou uma situação problema cotidiana, ou um tema de interesse trazido pelos educandos. É a partir desse *projeto educativo interdisciplinar* que o planejamento semanal acontece.

Organizar o trabalho cotidiano com *projetos educativos interdisciplinares* é uma prática disseminada pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), por meio do seu Programa de Educação pelo Esporte, que foi repassada ao PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, já que este é contemplado com suas capacitações técnicas.

Os *projetos educativos interdisciplinares* são estruturados por etapas que compreendem desde o diagnóstico da situação, a elaboração do plano de ação, o desenvolvimento, a avaliação e a divulgação (HASSENPLUG, 2004, p. 239).

No PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE assumimos essa metodologia, mas com algumas adaptações ao contexto institucional do IGK. No início de cada ano, o IGK proporciona um encontro de capacitação para as equipes dos projetos esportivos com a



intenção de apresentar e capacitar os educadores ao trabalho fundamentado pelos quatro pilares da educação na prática esportiva e pedagógica.

No PROJETO, uma vez elaborado o *projeto educativo interdisciplinar*, a prática pedagógica é formulada semanalmente pela equipe interdisciplinar. Consta do *projeto educativo interdisciplinar* o seguinte roteiro: objetivo geral, objetivos específicos, conteúdos a serem trabalhados por meio dos pilares, estratégias utilizadas e disseminação. O objetivo geral compreende o tema central e os objetivos específicos serão os sub-temas trabalhados semanalmente. Cada área, a partir do tema do *projeto educativo interdisciplinar* vigente elabora as suas atividades, por vezes focalizadas em uma oficina específica ou todas as áreas elaboram um plano comum aplicado por todos os educadores com todo o grupo de educandos, sem as divisões por faixas etárias compondo um plano de trabalho semanal (ANEXO B).

Cada *projeto educativo interdisciplinar* tem um tempo de execução. Por vezes um *projeto* tem duração de um mês, ou dois, depende da contemplação de todos os objetivos específicos. Ao final de cada *projeto*, um relatório é elaborado a partir do seguinte roteiro: nome e período de desenvolvimento; objetivos alcançados; conteúdos trabalhados; desenvolvimento; acompanhamento e avaliação (pontos fortes e pontos fracos).

É importante ressaltar a relação do planejamento com os quatro pilares da educação. Toda a semana quando a equipe interdisciplinar formula suas atividades, estas são relacionadas às competências básicas que pressupõe cada pilar.

Com a intenção de exemplificar o que foi dito sobre os *projetos educativos interdisciplinares*, neste momento serão esboçados os *projetos* desenvolvidos no ano de 2004.

Iniciou-se o ano com o *projeto educativo interdisciplinar* “Conhecendo a Garotada” tendo por objetivo geral de conhecer e integrar os participantes do PROJETO APRENDENDO

NO ESPORTE. Com esse *projeto*, a equipe de educadores pôde conhecer, de uma forma ampla, a realidade cultural, esportiva, social e familiar dos educandos participantes desse ano, como também obter dicas de temas para *projetos* futuros. No *projeto* “Conhecendo a Garotada” os principais pilares trabalhados foram aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a ser. É claro, que sendo interdisciplinar o planejamento, todos os quatro pilares são trabalhados, mas dependendo do tema do *projeto educativo* pode ser evidenciado um ou dois pilares.

Dando seqüência, o *projeto* seguinte chamou-se “Valores Familiares”, pois verificou-se que a questão da família e dos valores inerentes à ela deveriam ser melhor trabalhados com os educandos. O objetivo geral desse projeto foi enfatizar e aprofundar questões relacionadas às dinâmicas familiares. As competências trabalhadas foram basicamente as relacionais e pessoais, ou seja, os pilares aprender a conviver e aprender a ser.

Como 2004 foi o ano em que aconteceram as Olimpíadas, o terceiro *projeto educativo* contemplou esse tema, chamando-se “Olimpíadas 2004: a União das Nações”. Seu objetivo geral foi vivenciar o espírito olímpico nos âmbitos sociais, culturais, educativos e esportivos. Buscou-se influir as competências cognitivas e relacionais, respectivamente os pilares aprender a conhecer e a conviver. Como ilustração, o ANEXO C traz esse *projeto educativo*.

Neste tema foi trabalhada a questão das Paraolimpíadas, sendo um sub-tema importante para influir a competência relacional. Para vivenciar esse tema, as crianças e adolescentes fizeram um passeio à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para conhecer o grupo Paraolímpico dessa universidade. Os educandos puderam vivenciar a prática do tênis em cadeiras de rodas, além de conversarem com os atletas com Necessidades Especiais e aprenderem que todas as pessoas têm os mesmos direitos à



educação e ao esporte, independente de suas condições físicas. Abaixo, ilustra-se essa atividade com uma fotografia das crianças jogando tênis em cadeiras de rodas.



Figura 14 – Fotografia de passeio realizado na UFSC. Palestra com o grupo desportista de cadeirantes de Santa Catarina. Vivência do tênis na cadeira de rodas.

Fonte: IGK, Arquivo fotográfico 2004.

Assim como nesse *projeto*, nos outros também são proporcionados passeios vinculados aos temas trabalhados, sempre fazendo com que os educandos experimentem e vivenciem a realidade que trazemos com o planejamento pedagógico dos *projetos educativos interdisciplinares*.

O quarto *projeto educativo* foi sobre “Guga”, pois ele se configura no ídolo do público infanto-juvenil atendido pelo PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE. O *projeto educativo* “Guga: Mudar é possível!”, buscou conhecer a vida e a trajetória pessoal e profissional de Gustavo Kuerten, relacionando com os quatro pilares da educação.

*O Guga nos ensina a jogar e ter educação dentro e fora do lar.  
O tênis é a união, compartilhamos bolinhas com educação.  
O Guga é um amigo que estará sempre comigo.  
Fizemos essa música com união para representar o futuro da nação.*

**(Educandos do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE - música elaborada durante atividades de leitura e escrita/2004)**

No último *projeto educativo interdisciplinar* de 2004 “Repensando os Pilares” as atividades desenvolvidas foram programadas para que os educandos aprimorassem e avaliassem os conteúdos próprios de cada pilar, pois desde o início do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, as crianças e adolescentes participantes tem contado com essa metodologia, sabem o que cada pilar significa e têm ciência de que as atividades que realizam estão relacionadas com o aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser. Teve como objetivo geral rever os quatro pilares da educação como forma de observação da proposta educativa do APRENDENDO NO ESPORTE no decorrer do ano de 2004, bem como avaliar com os educandos os conteúdos trabalhados.

As práticas pedagógicas demonstradas até então, estruturam as possibilidades de ação partindo dos princípios educativos assumidos pelo PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE como ação complementar à escola.

Não priorizou-se nesse trabalho de conclusão de curso, relatar todas as atividades esportivas e pedagógicas realizadas no PROJETO estudado, mas sim em ilustrar seu planejamento socioeducativo trazendo os componentes teórico-metodológicos que fundamentam as ações aplicadas.

Para finalizar este estudo, o último item explicará a avaliação de processo das ações desenvolvidas no PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE.

### **3.3 Avaliação das ações socioeducativas**

No PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, como em todas as ações do IGK, o processo de avaliação está presente em todos os momentos. É a partir dela que novas



tomadas de decisão acontecem e, verifica-se o quanto os resultados alcançados estão de acordo com os objetivos traçados.

A avaliação é importante ferramenta para o sucesso de projetos sociais de intervenção na realidade. Em organizações do Terceiro Setor a avaliação constante de suas ações evidencia um compromisso ético, enfatizando um trabalho transparente e coerente com seus objetivos, demonstrando para seus financiadores o impacto social promovido.

Atualmente, a avaliação de políticas, programas e projetos sociais, vêm se ampliando e tornando prática requerida para a reflexão e retomada de decisão das ações executadas. Segundo Nogueira (2002, p. 142) “a discussão sobre avaliação de programas e projetos sociais vem obtendo relevância em passado recente, contrariamente às avaliações de política econômica, as quais estão há longo tempo em cena, com produções teórico-metodológicas significativas[...]”.

Constantemente refletimos em nosso cotidiano sobre nossas próprias ações identificando onde erramos, onde acertamos, e aprendendo com essa reflexão modificamos nossa forma de agir. A avaliação sobre uma determinada ação social possui estas mesmas funções de aprendizado e de correção.

Segundo Carvalho (1997 apud NOGUEIRA, 2002, p. 143),

a avaliação contém três características processuais: é contínua e permanente, indo da concepção inicial aos resultados do projeto; envolve os atores envolvidos na apreciação dos resultados e implica em favorecer aos integrantes, sejam usuários ou equipe gestora, o exercício da ação reflexiva.

Na avaliação das ações do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE essas características são verificadas. Educandos, educadores, pais e escola fazem parte do processo de reflexão.

Alguns tipos e critérios de avaliação são considerados clássicos. Os critérios mais correntes são aqueles referentes à eficácia, eficiência e efetividade das ações. Em síntese a

eficácia é o critério que verifica se todos os objetivos propostos foram alcançados no espaço de tempo previsto, a eficiência busca obter os melhores resultados com os recursos disponíveis, e a efetividade mede a capacidade que ação planejada teve em mudar, transformar a realidade considerada foco de intervenção das ações.

Para avaliar esses critérios, alguns instrumentos e metodologias de avaliação são formulados por diversas instituições a fim de monitorar e avaliar suas ações.

Neste trabalho serão mencionadas as metodologias de avaliação que se relacionam com o momento, com a etapa vivenciada pelo projeto, ou seja, os tipos de avaliação pertinentes ao diagnóstico, implantação e implementação, e finalização das ações.

A avaliação de diagnóstico ou Marco Zero é realizada antes de se iniciarem as ações em uma determinada realidade, procura fazer uma análise situacional e de conjuntura, verificando e contextualizando indicadores gerais e específicos da comunidade que irá incidir a ação planejada.

A avaliação de processo deve ser realizada no decorrer do projeto, ou seja, na sua implementação. Essa avaliação “compreende, além do monitoramento contínuo das atividades, a reflexão freqüente sobre a dinâmica interna e externa da equipe responsável, isto é, as relações entre os membros da equipe e sua interação com o público-alvo” (MARINO, 1998, p. 22).

A avaliação de resultados deve acontecer na fase intermediária ou próxima ao final de um projeto e “analisa os benefícios proporcionados aos participantes (público-alvo, parceiros, equipe responsável, etc) durante ou após a implementação[...]requer indicadores definidos, isto é, critérios norteadores do sucesso do projeto” (MARINO, 1998, p. 22).

A avaliação de impacto sugere o efeito final de um projeto. Ao término de um projeto social deve ser realizada essa avaliação comparando os resultados aos indicadores observados no diagnóstico inicial. É por meio desse tipo de avaliação que observa-se a



influência ou não das ações do projeto no público-alvo, ou seja, houve mudança na realidade foco da intervenção ou não.

Sendo apresentadas as formas de avaliação, pretende-se, ademais, apresentar como o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE realiza a avaliação de processo, ou seja, avalia, monitora e acompanha o trabalho cotidiano das suas atividades educativas.

Na reunião semanal de planejamento, já mencionada no item anterior, a avaliação constitui seu primeiro momento. É realizada uma avaliação das atividades aplicadas na semana anterior. Cada educador faz sua avaliação por escrito, mediante um modelo, das atividades que desenvolveu e de tudo o que se passou na semana, relatando para o grupo as suas considerações. Neste momento há o processo de troca de experiências, de reflexão crítica, avaliando o planejamento aplicado. Ao final produz-se uma avaliação geral da semana a ser anexada ao Relatório dos Projetos Educativos.

Esse momento é fundamental, pois é partir da avaliação realizada que a próxima semana é planejada, corrigindo erros, aprimorando práticas de sucesso ou verificando a necessidade de continuação do sub-tema.

Também decorre dessa avaliação, os apontamentos referentes às necessidades educacionais das crianças e adolescentes, sendo discutidas as situações ocorridas e estipulada qual intervenção deverá ser feita. Dependendo da situação, os casos são resolvidos no próprio projeto ou encaminha-se para o Serviço Social entrar em contato com a família e a escola. Assim, não espera-se muito tempo para a tomada de decisão frente a avaliação realizada.

As atividades diárias são acompanhadas e monitoradas pelos coordenadores de área de forma presencial. Muitas vezes, no próprio desenvolvimento das atividades, surgem apontamentos e avaliações, posteriormente, discutidas na reunião semanal de planejamento.

No modelo de avaliação semanal (APÊNDICE A), seguida pelos educadores, as questões norteadoras são:

- *Os objetivos foram alcançados? Porquê?*

Essa questão é respondida lembrando que os objetivos são aqueles relacionados com o sub-tema, ou seja, os objetivos específicos do projeto educativo em vigor. É necessário verificar se o que foi objetivado para os educandos, em termos de aprendizagem, está sendo alcançado.

- *O planejamento foi modificado? Porquê?*

Nesta questão os educadores relatam as modificações no planejamento das atividades, quando ocorrem, explicando os motivos causadores das alterações.

- *Relate, resumidamente, as atividades realizadas, enfatizando o quê mais deu certo.*

Neste espaço, os educadores relatam situações, atividades, emoções percebidas com os educandos e/ou educadores, depoimentos, produções, ou seja, o que de mais relevante aconteceu.

- *Comente as situações problema da semana (se aconteceram).*

Este espaço é destinado a comentários sobre dificuldades de trabalho devido ao comportamento e indisciplina de educandos; problemas com material e espaço físico; adversidade climática; entre outras situações imprevistas. Essa reflexão é para que os educadores percebam o quê, realmente, prejudica na obtenção dos objetivos propostos, muitas vezes a troca de um espaço físico por consequência de chuvas, ou pela indisponibilidade do clube pode alterar o planejamento das atividades, mas não o resultado, isso dependerá muito do educador na condução da atividade.

- *E você educador, como se sentiu?*

Esta é a última questão da avaliação semanal. Neste espaço o educador pode fazer sua auto-avaliação, ressaltar aprendizagens adquiridas por meio das situações vividas e



principalmente, demonstrar suas emoções quanto ao trabalho desenvolvido e ao relacionamento com os educandos.

Essas avaliações semanais dos educadores fundamentam a avaliação final dos projetos educativos, quando são formulados os relatórios dos mesmos.

Os educandos estão sempre avaliando o processo em rodas pedagógicas ao final das atividades, sendo estas um espaço de reflexão entre educadores e educandos. Muitas vezes os educadores sistematizam a avaliação a ser realizada pelos educandos, propondo atividades lúdicas, esportivas em que as crianças e os adolescentes assumem uma postura crítica de avaliação por intermédio de brincadeiras.

As avaliações da família acontecem nos Encontros de Pais mensais, por meio do preenchimento de um questionário de avaliação (APÊNDICE B) que contempla a reflexão sobre os encontros e a efetividade do PROJETO no relacionamento familiar. Também de forma não sistematizada os pais participam da avaliação de processo, pois muitos procuram os educadores para dar sugestões e entender situações. Sempre que isso acontece, a equipe interdisciplinar discute e procura fazer os encaminhamentos devidos.

As escolas também avaliam as ações do PROJETO. Bimestralmente, são realizadas reuniões e são encaminhados às Escolas Municipais Henrique Veras e João Francisco Garcez, questionários, APÊNDICE C, para avaliar se a escola percebe nos alunos que participam do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE mudanças positivas no comportamento e rendimento.

Neste estudo discorreu-se sobre a forma com que o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE avalia o seu processo e responde às perguntas norteadoras que esse tipo de avaliação pressupõe, de acordo com os apontamentos de Marino (1998, p. 24): “Como todos os participantes estão percebendo o projeto? Quais os pontos fortes e fracos das

atividades do dia-a-dia do projeto? Como o processo de implementação pode ser melhorado?”.

Como não é objetivo desse trabalho trazer os resultados das avaliações de processo realizadas, optou-se, tão somente, descrever e explicar essa prática nas ações educativas desenvolvidas no PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE.

Apesar de não serem todos apresentados neste estudo, outros tipos de avaliações acontecem também de forma sistematizada nos projetos esportivos do IGK.

Semestralmente, as equipes dos cinco projetos esportivos reúnem-se para avaliar os resultados obtidos no semestre. Assim, educadores e coordenadores verificam os pontos positivos e os que merecem nova tomada de decisão.

As equipes de educadores avaliam, a partir dos conceitos *bom, pode melhorar e deve mudar* as ações referentes à *coordenação, aos educadores (auto-avaliação), aos educandos (competências dos pilares), ao projeto e aos projetos do IGK*, respondendo às questões *O quê?(sugestões de ações), Como?(estratégias para alcançar as sugestões) e Quem?(quais os atores sociais responsáveis)* de cada ação quando os conceitos demonstram mudanças (ANEXO D).

As ações avaliadas, referentes a cada critério são:

- *Coordenação*: comunicação entre a equipe e a coordenação; reuniões; visitas ao projeto; colaboração nas ações do dia-a-dia; capacitação técnica; e programação de eventos.

- *Educadores*: relação interpessoal entre os educadores; relação com os educandos; comunicação entre educadores; capacidade de rendimento do seu potencial; domínio técnico específico da área; domínio técnico da tecnologia social de educação pelo esporte; criatividade; satisfação pessoal com o trabalho; oportunidade de crescimento pessoal; e oportunidade de crescimento profissional.



- *Educandos*: relacionamento interpessoal entre eles; nível de motivação; participação; cooperação; comportamento; cuidados pessoais; interesse na aprendizagem técnica; aprendizagem oral, escrita e leitura; capacidade de produção e auto-estima.

- *Projeto*: questões administrativas; comunicação entre projeto e escolas; comunicação com as famílias; infraestrutura do local do projeto.

- *Projetos esportivos do IGK*: interação dos educandos dos projetos; trocas entre educadores dos projetos; e disponibilidade de material pelo IGK.

Cada semestre, a avaliação é condensada em um relatório subsidiário das próximas avaliações. A coordenação do IGK repassa a cada projeto os resultados, verificando e ponderando as medidas realizadas frente às avaliações.

Cabe salientar que as avaliações semestrais realizadas pelos projetos esportivos possuem indicadores e critérios que, uma vez avaliados, servem de orientação para que no ano subsequente o IGK reformule suas ações do programa Esporte e Educação contemplando todas as mudanças necessárias. Essa avaliação de resultados é imprescindível aos relatórios finais de cada projeto esportivo, encaminhados aos parceiros financeiros, pois assim demonstra a relevância do investimento social que realizam nos projetos do IGK.

Portanto, a constante avaliação das ações socioeducativas dos projetos promove um grande aprendizado. Conseguimos conhecer e compreender as crianças e adolescentes com quem trabalhamos, entendemos e percebemos o quê precisam, quais suas verdadeiras necessidades sociais e educacionais. Nos conhecemos enquanto educadores, profissionais e atores sociais. Mas, principalmente, constatamos que devemos sempre acreditar que essas crianças e adolescentes terão condições de sonhar e de concretizar seus sonhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso objetivou descrever, contextualizar e publicizar as ações socioeducativas do PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, desenvolvido pelo INSTITUTO GUGA KUERTEN, e seus princípios educativos inovadores.

Primeiramente, observou-se o debate referente ao Terceiro Setor, visto que o IGK é uma organização que se enquadra nesse setor da sociedade. É relevante considerar que o trabalho desenvolvido nesta organização está comprometido e solidificado com os valores solidários inerentes à consolidação das ações da sociedade civil organizada. Sendo este trabalho de conclusão de curso fruto da experiência profissional, por meio de estágios, nessa instituição, percebe-se a responsabilidade e o engajamento de todos os profissionais que o compõe, especialmente da Família Kuerten, com a missão, os objetivos e os princípios éticos e sociais do IGK.

Outra consideração importante a se fazer sobre o IGK é que este não assume a função de uma organização da sociedade civil criada para estabelecer convênios com órgãos públicos, como outras diversas organizações que assumem exclusivamente esse papel e dimensionam o Terceiro Setor à conceituação de um espaço de despolitização das políticas públicas. Ao contrário, o IGK tem sua função bem definida nesse setor, contribuindo na promoção de serviços sociais e apoiando mecanismos de luta na defesa dos direitos civis e das políticas sociais como responsabilidade primeira do Estado.

Sendo o PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE uma ação complementar à escola, ressalta-se sua relevância no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes mediante suas inovações teórico-metodológicas.



Trabalhar em equipes interdisciplinares, utilizar o esporte e os pilares como ferramenta de educação, planejar e avaliar todas as ações socioeducativas desenvolvidas, não é apenas um método a seguir, acima de tudo é uma forma de transformar o mundo em que vivemos, de promover em nossos educandos a capacidade crítica de conhecer, fazer, conviver e ser, para que, a partir de sua educação possam lutar, validar seus direitos e serem conscientes de seus deveres.

Mas, é preciso que o ensino formal e público também promova uma educação ao longo de toda a vida, para que nossas crianças e adolescentes tenham o direito ao desenvolvimento integral amplamente garantido. Portanto, além de complementar a ação da escola e da família, programas e projetos sociais de cunho educativo devem promover estratégias que validem direitos referentes a esses segmentos.

Uma questão que surge e que procura-se responder neste momento refere-se em como o Serviço Social contribui no PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, enquanto área de conhecimento específico, uma vez que participou e vivenciou de todos os processos descritos nesse estudo.

A efetividade das ações direcionadas às famílias, sendo estas implementadas e conduzidas pelo Serviço Social, demonstra que é imprescindível a atuação dessa área no desenvolvimento das ações socioeducativas do PROJETO. Também a articulação entre família, escola e PROJETO, a partir de uma visão que reconhece e compreende o processo histórico pelo qual as políticas sociais de atenção à criança e ao adolescente e à família perpassaram, reitera a participação dessa área em ações educacionais voltadas a esse público.

Visto que o Serviço Social articula diferentes conhecimentos nas suas diversas formas de intervenção e na sua relação dialética entre teoria e prática, constitui-se, em uma “profissão interdisciplinar por excelência. Assim, para o Serviço Social, a interação com

outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo” (ON, 1995, p. 157). Ao mesmo tempo, a contribuição desta área do conhecimento em equipes interdisciplinares, principalmente na educação, fortalece o comprometimento com a constante busca pela efetivação de direitos sociais e humanos, ampliando e direcionando as práticas ao debate político e a transformação social.

Entender essa nova atribuição do Serviço Social – gestão social, coordenação e avaliação de programas sociais, trabalho interdisciplinar, etc – assegura-se afirmar que o assistente social está capacitado para exercer tais funções. É claro que o aperfeiçoamento e especializações são necessários, pois essa demanda requer competência pessoal, uma vez que outras profissões também possuem capacitação técnica para supri-la.

Tais considerações não são provenientes apenas desse estudo, estão vinculadas à atuação profissional no PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE, pois é impossível tecê-las sem a vivência no mesmo, sem constatar a alegria, o amor e a aprendizagem nas crianças e adolescentes, nas famílias e nos profissionais com quem trabalhamos.



## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mário da Costa. *Planejamento e Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BRASIL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CEFESS N° 273/93 de 13 de março de 1993. CRESS/RS. Coletânea de Leis, 1999. p. 27-46.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases, Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Acesso em: 15 set. 2004.

BRASIL. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, Lei N° 8.662/93 de 07 de junho de 1993. CRESS/RS. Coletânea de Leis, 1999. p. 15-26.

BRASIL. Lei Federal n° 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. CONANDA.

CENPEC – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. *Guia de ações complementares à escola para crianças e adolescentes*. 3. ed. São Paulo: CENPEC/UNICEF, 2002.

\_\_\_\_\_. *Muitos lugares para aprender*. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/Unicef, 2003.

DELORS, Jacques (Coord.). *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 7. ed. Portugal: Asa, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HACKEBART, Juliana Garcia. *Relatório de Estágio Supervisionado*. Departamento de Serviço Social. [trabalho acadêmico]. UFSC, 2003. Não paginado.

HASSENPFUG, Walderez Nosé. *O que a ONG e a escola podem fazer juntas*. In: CENPEC – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. ONG parceira da escola. 2. ed. São Paulo: CENPEC, 1999.

\_\_\_\_\_. *Educação pelo Esporte*. Educação para o desenvolvimento humano pelo esporte. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 24 out. 2004.

IGK – INSTITUTO GUGA KUERTEN. Arquivo fotográfico. Disponível em: CD ROM, 2004.

\_\_\_\_\_. Depoimento Alice Kuerten. Disponível em: <[www.igk.org.br](http://www.igk.org.br)> Acesso em: 11 out. 2004.

\_\_\_\_\_. *Plano de Ação*. [documentação interna], 2004a. Não paginado.

\_\_\_\_\_. *Plano de Estrutura e Funcionamento*: Projeto Aprendendo no Esporte. [documentação interna], 2004b. Não paginado.

\_\_\_\_\_. *Trabalho integral*: esporte e educação. Projeto Aprendendo no Esporte. [documentação interna], 2002. Não paginado.

KALOUSTIAN, Sílvio. (Org.). *Família brasileira a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.

KISIL, Rosana. *A entidade social e a sociedade*. In: FUNDAÇÃO ABRINQ/SENAC. Guia de Gestão para quem dirige entidades sociais. São Paulo: LIS, 2002, p. 35-45.

MARINO, Eduardo. *Manual de avaliação de projetos sociais*. 1. ed. [São Paulo]: Instituto Ayrton Senna, 1998.



MENDÉZ, Emílio Garcia. *Direito da infância e da juventude: o paradigma do desenvolvimento humano transformado em lei*. In: Revista Marco Social: Empresa, Ética, Cidadania. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, jun., 2000, p. 10 – 17.

MIOTO, Regina Célia Tomaso. *Família e Serviço Social: contribuições para o debate*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XV, nov., n. 55. São Paulo: Cortez, 1997, p. 114-130.

NETO, F. Q. V. *O Terceiro Setor, reorganização autogestionária da sociedade civil ou neoliberalismo disfarçado?* In: Revista Crítica Jurídica. n.18, p. 216-235, Junho 2001.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. *A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde*. In: Revista Katálysis. n. 3. nov. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998, p. 40-48.

\_\_\_\_\_. *Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais – revendo conceitos básicos*. In: Revista Katálysis. vol. 5. n. 2. jul/dez. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002, p. 141-152.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e. *Uma radiografia do ensino brasileiro*. Disponível em: <[www.socialtec.org.br](http://www.socialtec.org.br)> Acesso em: 30 mar. 2004.

ON, Maria Lucia Rodrigues. *O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar*. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al (Orgs.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Destaques do Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)> Acesso em: 21 nov. 2004.

PRFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPLIS. Divisão das regionais de saúde por unidades de saúde no município de Florianópolis. Disponível em: <[www.pmf.sc.gov.br/saude/regionais\\_de\\_saude.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/saude/regionais_de_saude.htm)> Acesso em: 04 nov. 2004a.

\_\_\_\_\_. Perfil de Florianópolis. Disponível em: <[www.pmf.sc.gov.br/cidade/perfil\\_de\\_florianopolis/perfil\\_de\\_florianopolis.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/cidade/perfil_de_florianopolis/perfil_de_florianopolis.htm)> Acesso em: 07 ago. 2004b.

RIBEIRO, Maria Salete. *A questão da família na atualidade*. Florianópolis: Ioes, 1999.

ROSA, Alexandre Morais da et al. *Marco legal do terceiro setor: aspectos teórico e prático*. Florianópolis: Tribunal de Justiça, Divisão de Artes Gráficas, 2003.

SANTOS, Vilson Vieira dos. *Globalização, política social e município: a promoção do desenvolvimento humano a partir da base da federação*. In: Revista Marco Social: Empresa, Ética, Cidadania. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, jun., 2000, p. 18 – 23.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO. Cadastro de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa e nível/modalidade de ensino oferecido. Censo escolar de Santa Catarina 2004. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[igk@guga.com.br](mailto:igk@guga.com.br)> em 27 out. 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. *Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança*. In: Revista Serviço social e Sociedade. Ano XXIII, set., n. 71. São Paulo: Cortez, 2002.

TENORIO, Fernando. *Gestão de ONG's: principais funções gerenciais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar*. In: Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia de Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 121-132.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et al. (Orgs.). *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Terceiro setor e despolitização*. In: Revista Inscrita. Ano III. n. VI. Jun. Rio de Janeiro: CFESS, 2000.



## **APÊNDICE A**

### **Modelo de Avaliação da semana - educadores**



# AVALIAÇÃO DA SEMANA - EDUCADORES

Projeto: \_\_\_\_\_ Sub-tema: \_\_\_\_\_

Semana (dias): \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_

**Os objetivos foram alcançados?** Sim ( ) Não ( ) Em parte ( )  
**Porquê?**

**O planejamento foi modificado?** ( ) sim ( ) não  
**Porquê? Quais modificações?**

**Relate, resumidamente, as atividades realizadas, enfatizando o que mais deu certo. Também relate sua percepção sobre o entusiasmo dos educandos.**

**Comente as situações problemas desta semana (se aconteceram):**

**Como você educador, como se sentiu?**

Educador: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **APÊNDICE B**

**Modelo de questionário de avaliação dos Encontros de Pais**

PROJETO APRENDENDO NO ESPORTE  
ENCONTRO DE PAIS

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Nome do Encontro: \_\_\_\_\_

Nome do participante: \_\_\_\_\_ Filho(s): \_\_\_\_\_

Você gostou deste Encontro? Qual sua avaliação sobre o mesmo?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Qual sua opinião sobre a organização do Encontro?

	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Qualidade da organização				
Localização				
Atividade				
Facilitador				
Outros				

Observações:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Quais suas sugestões de temas para os próximos Encontros?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Os Encontros de Pais estão contribuindo no relacionamento familiar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

E o Projeto, está contribuindo no relacionamento familiar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## **APÊNDICE C**

### **Modelo de questionário de avaliação das Escolas**



## FICHA DE AVALIAÇÃO ESCOLA – PROJETO

ESCOLA: \_\_\_\_\_ MÊS: \_\_\_\_\_

De modo geral, os educandos participantes do Projeto demonstraram comportamentos, atitudes novas/diferentes? (Citar casos específicos, se necessário).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Como está o rendimento escolar desses educandos? (Citar os casos que necessitem de observação/ou intervenção).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Observações: \_\_\_\_\_

---

---

---

\_\_\_\_\_  
**Responsável Escola**

\_\_\_\_\_  
**Responsável IGK**



**ANEXO A**

**Estatuto Social do Instituto Guga Kuerten**

# INSTITUTO GUGA KUERTEN

## ESTATUTO SOCIAL



### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

**ARTIGO 1º** - O INSTITUTO GUGA KUERTEN, é uma associação civil sem fins lucrativos, constituída em 17 de agosto de 2000, doravante designada simplesmente como "INSTITUTO", que rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

**ARTIGO 2º** - Os objetivos do INSTITUTO são exclusivamente educacionais, esportivos e sociais, com ou sem divulgação, de caráter filantrópico, consistindo no:

1. incentivo, manutenção e acompanhamento de atividades esportivas, identificando e desenvolvendo novos talentos, despertando o espírito de equipe e atuando como prevenção à marginalidade, sempre condicionando a participação à freqüência escolar; e
2. atendimento ao portador de deficiência, seja através de estudos e projetos de prevenção, pesquisa, educação, integração e/ou desenvolvendo ações relacionadas ao lazer, habitação, saúde e profissionalização deste seguimento.

**ARTIGO 3º** - O INSTITUTO tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no seguinte endereço: Rua Tenente Silveira, 222, sala 102, Edifício Ari Souza, Centro, Florianópolis, 88010-300, Santa Catarina, Brasil. O INSTITUTO poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, manter estabelecimentos em qualquer parte do território nacional.

1



CARTÓRIO LUIZ  
RUA DESODORO, 1149

Ante a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do documento original que me foi submetido para autenticação, certifico que o mesmo é verdadeiro.

Florianópolis, 13 JUL 2001

Ilse Regina da Luz Schmitt e Silva  
Escrivente Notarial



ARTIGO 4º - O prazo de duração do INSTITUTO é indeterminado.



## CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO SOCIAL

ARTIGO 5º - O patrimônio do INSTITUTO constitui-se de bens e direitos provenientes de:

- (a) doações, subvenções, legados ou contribuições de pessoas naturais, sociedades, entidades ou organismos nacionais e internacionais; e
- (b) aquisições no exercício de suas atividades.

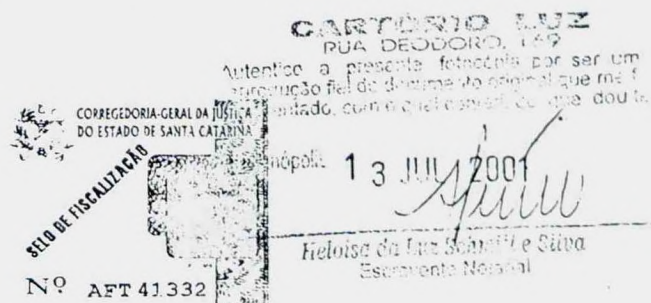
ARTIGO 6º - Os bens e direitos do INSTITUTO serão exclusivamente utilizados para a consecução de seus fins.

ARTIGO 7º - As despesas realizadas pelo INSTITUTO devem originar-se do cumprimento de suas finalidades e estar de acordo com o cronograma orçamentário preparado pela Diretoria e devidamente aprovado.

## CAPÍTULO III DOS SÓCIOS-MANTENEDORES, SUA ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

ARTIGO 8º - Qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, que se dispuser a contribuir, financeiramente ou não, com a complementação e consecução dos objetivos do

2



INSTITUTO será considerada "sócia-mantenedora", satisfeitas as condições de admissão estipuladas pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos casos de pessoas jurídicas, estas elegerão um representante no Brasil.

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas  
[ ] *Isabel Faria de Souza* - Oficial  
[ ] *Maria Faria de Souza* - Oficial Substituto  
[ ] *Cláudia Cristina Maya Barboza* - Escrevente  
[ ] *Isabel Faria de Souza* - Escrevente  
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Crystal Center  
Fone / Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis - SC

ARTIGO 9º - O quadro social será composto por sócios-mantenedores. São considerados sócios-mantenedores para os termos deste Estatuto, as pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou particulares que, em caráter periódico e contínuo, por pelo menos 12 (doze) meses, contribuírem financeiramente ou de outro modo com o INSTITUTO ou qualquer de seus projetos, observadas as condições de admissão estabelecidas pela Assembléia Geral.

ARTIGO 10 - A destituição de qualquer sócio-mantenedor do INSTITUTO, em razão de má-conduta ou procedimentos não condizentes com os princípios que norteiam as atividades sociais, dependerá da aprovação da maioria dos demais sócios-mantenedores.

#### CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

ARTIGO 11 - São órgãos do INSTITUTO:

- (a) o Conselho de Administração;
- (b) a Diretoria;
- (c) o Conselho Consultivo; e
- (d) o Conselho Fiscal.

CARTÓRIO LUZ  
RUA DEODORO, 169  
Autentico a presente fotocópia por ser uma  
reprodução fiel do documento original que me foi  
apresentado, com o qual conferi, do que dou fé

Florianópolis 13 JUL 2007



*Heloisária Luz Schmitt e Silva*  
Escrevente Notarial



SEÇÃO I  
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas  
- Oficial  
- Maria Faria de Souza - Oficial Substituto  
- Luciene Rosa Duarte - Escrevente  
- Cintia Cristina Maya Barboza - Escrevente  
- Isabel Faria de Souza - Escrevente  
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Crystal Center  
Fone / Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis - SC

ARTIGO 12 - O Conselho de Administração é integrado por 4 (quatro) membros, que serão eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e os demais Conselheiros sem designação específica, além de 2 (dois) cargos honoríficos atribuídos aos Srs. e , o primeiro falecido e o segundo incapaz

ARTIGO 13 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, por escrito, por seu Presidente ou pelos demais membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O *quorum* para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é a maioria dos membros em exercício. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por voto da maioria dos Conselheiros presentes à reunião, cabendo ao Presidente, além do seu próprio voto, o de qualidade, no caso de empate na votação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de ausência ou impedimento temporário, o membro do Conselho de Administração poderá indicar, por escrito, especificamente para cada reunião, aquele que dentre os demais representa-lo-á, cabendo ao indicado, além de seu próprio voto, o de seu representado.

4



CARTÓRIO LUIZ  
RUA DEODORO, 169

Autentico a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do documento original que me foi apresentado, com o qual comparei, e que deu fe

13 JUL 2001

Luiz  
Escrivente Notarial

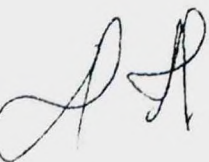
**PARÁGRAFO QUARTO** - Em suas ausências, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos Conselheiros eleitos.

**ARTIGO 15** - A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores, bem como aquela destinada a produzir efeitos perante terceiros, deverá ser arquivada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e publicada em órgão da imprensa, nos termos da lei.

**ARTIGO 16** - Compete ao Conselho de Administração:

- (a) estabelecer a política geral e de administração do INSTITUTO;
- (b) aprovar o Regimento Interno nos termos do artigo 28 do presente Estatuto;
- (c) definir o esquema organizacional do INSTITUTO;
- (d) convocar a assembléia geral quando julgar necessário;
- (e) determinar o levantamento de balanço semestrais, intermediários ou intercalares;
- (f) zelar pela estrita observância das disposições legais, estatutárias, regimentais e programáticas;
- (g) aprovar o cronograma orçamentário e a proposta anual de atividades apresentadas pela Diretoria;
- (h) aprovar aos planos de ação, anuais e plurianuais;
- (i) decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- (j) eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes outras atribuições, além das expressamente previstas por este Estatuto; e
- (k) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros, papéis e documentos do INSTITUTO.





SEÇÃO II  
DA DIRETÓRIA

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas  
Tatá Luz Faria - Oficial  
Maria Faria de Souza - Oficial Substituta  
Luciane Rosa Duarte - Escrevente  
Cintia Cristina Maya Barbosa - Escrevente  
Isabel Faria de Souza - Escrevente  
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Crystal Center

ARTIGO 17 - A Diretoria será composta por 2 (dois) a 6 (seis) Diretores, residentes no país, destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo um dos Diretores denominado Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, com as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração.

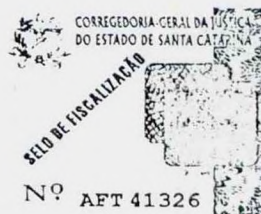
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de Diretores.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição.

ARTIGO 18 - Compete à Diretoria, observadas as funções acima especificadas:

- (a) elaborar o relatório, o cronograma orçamentário e as demonstrações financeiras de cada exercício;
- (b) criar ou extinguir cargos, admitir ou demitir empregados e fixar seus níveis de remuneração; e
- (c) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração.

6



CARTÓRIO LUIZ  
RUA DEODORO, 159

Autentico a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do documento original e me foi apresentado, com o qual comparei, o que dou fé

13 JUL 2001

Helena da Luz Coimbra e Silva  
Escrevente Notarial

ARTIGO 19 - Em caso de vacância no cargo de diretor ou impedimento do titular, será convocada e realizada uma reunião do Conselho de Administração dentro de 30 (trinta) dias para a eleição do substituto, a fim de cumprir o restante do mandato do substituído.

ARTIGO 20 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, quando convocada por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O *quorum* de instalação das reuniões da Diretoria é o da maioria dos membros. As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, cabendo ao Diretor Superintendente, além do seu próprio voto, o de qualidade, em caso de empate.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos, de acordo com as suas próprias indicações, por um outro Diretor, cabendo ao indicado, além de seu próprio voto, o de seu representado.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente presidir as reuniões da Diretoria e, na sua ausência, a qualquer diretor escolhido pelos presentes.

ARTIGO 22 - As procurações outorgadas pelo INSTITUTO deverão: (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores; (ii) vedar o substabelecimento e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. O prazo previsto neste artigo e a restrição quanto ao substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para a representação do INSTITUTO em processos judiciais ou administrativos.

ARTIGO 23 - Deverão ser assinados sempre em conjunto por 2 (dois) Diretores; por qualquer Diretor e um procurador; ou por 2 (dois) procuradores devidamente investidos de especiais e expressos poderes, quaisquer cheques, autorizações de créditos, débitos e ordens

Corregedoria Geral da Justiça  
do Estado de Santa Catarina  
Tolô Luz Faria - Oficial  
Luciane Rosa Duarte - Escrevente  
Cíntia Cristina Maya Barbosa - Escrevente  
Isabel Faria de Souza - Escrevente  
Rua: Victor Ramos, nº 53 - Sala 201  
Fone/Fax: (48) 223-0131 - Florianópolis - SC

7

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
SELO DE FISCALIZAÇÃO

Nº AFT 41322

Florianópolis 13 JUL 2001

Escritório Luiz Schmitt e Silvan  
Escrivente Notarial



de pagamento, contratos e escrituras de qualquer natureza, e ainda, qualquer outro documento necessário e adequado às atividades do INSTITUTO. Na hipótese deste artigo, quando a assinatura se der por um Diretor e um procurador, este deverá ter sido necessariamente constituído por Diretor diverso daquele que firma o documento. Da mesma forma, quando a assinatura ficar a cargo de dois procuradores, estes deverão necessariamente ter sido constituídos por Diretores distintos.

Cartório  
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 10  
Fone: (48) 223-6131 - Florianópolis - SC.

ARTIGO 24 - É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar o INSTITUTO em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome do INSTITUTO.

ARTIGO 25 - A prática de atos e a assinatura de documentos que impliquem a aquisição e/ou alienação de bens imóveis, ou a oneração de quaisquer de tais bens do INSTITUTO dependerão, como condição de sua validade, da prévia e expressa autorização do Conselho de Administração.

SEÇÃO III  
DO CONSELHO CONSULTIVO

ARTIGO 26 - O Conselho Consultivo é órgão de assessoramento nomeado pelo Conselho de Administração, e será constituído, sem limite de número, por pessoas naturais, cujas atividades estejam notoriamente ligadas aos objetivos do INSTITUTO.

ARTIGO 27 - O Conselho Consultivo terá um Presidente e um Vice-Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração, para mandatos de 3 (três) anos, permitida a recondução, e reunirá-se quando convocado por seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

*Handwritten initials*

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
SELO DE FISCALIZAÇÃO  
Nº AFT 41320  
13 JUL 2001  
Cartório  
RUA DEODORO, 150  
Florianópolis - SC

ARTIGO 28 - Compete ao Conselho Consultivo:

- (a) dar parecer sobre projetos, planos e atividades do INSTITUTO; e
- (b) elaborar sugestões e planos para a apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Registro Civil III, e Doc. Pessoas Jurídicas  
 João Luz Faria - Oficial  
 Maria Faria de Souza - Oficial Substituta  
 Luciene Rosa Duarte - Escrivã  
 Cintia Cristina Maya Barboza - Escrivã  
 Isabel Faria de Souza - Escrivã  
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Cristal Central  
Fone / Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis - SC

SEÇÃO IV  
DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 29 - O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, eleitos pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Fiscal será eleito em qualquer Assembléia Geral nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos sócios-mantenedores.

ARTIGO 30 - Compete ao Conselho Fiscal:

- (a) fiscalizar os atos dos administradores, verificar a regularidade da gestão financeira-contábil do INSTITUTO e das prestações de contas da Diretoria, bem como da documentação respectiva, emitindo parecer a respeito;
- (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações relevantes; e
- (c) opinar sobre qualquer outra matéria de natureza contábil e financeira que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CARTEIRO LUZ  
PWA 060000.149  
a presente fotocópia por ser uma  
cópia de documento original que me foi  
dada para conferência que dou fé

13 JUL 2001

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
SEÇÃO DE FISCALIZADO

Nº AFT 41313

Florianópolis, 13 de Julho de 2001  
Escritório Notarial



**CAPITULO V  
DO REGIMENTO INTERNO**

Registro Civil III, e Doc. Passouos Jurídicos  
Luz, Maria Paria - Oficial  
Maria Paria de Souza - Oficial Substituto  
Rosa Duarte - Escrevente  
Cristina Maya Barboza - Escrevente  
Isabel Paria de Souza - Escrevente  
Rua: Vidal Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Crystal Center  
Fone / Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis - SC

**ARTIGO 31** - O Conselho de Administração, ao baixar o Regimento Interno do INSTITUTO, fixará:

- (a) a periodicidade, modo de convocação e outras normas de organização e funcionamento dos órgãos do INSTITUTO;
- (b) o modo de substituição dos membros de seus órgãos de administração em suas faltas e impedimentos;
- (c) o modo de resolução dos casos omissos neste Estatuto;
- (d) as demais matérias dependentes de regulamentação, além das previstas neste Estatuto.

**CAPÍTULO VI  
DO EXERCÍCIO SOCIAL**

**ARTIGO 32** - O exercício social é de 12 (doze) meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano.

**ARTIGO 33** - Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeira exigidas em lei, as quais serão enviadas, nos primeiros 60 (sessenta) dias do ano seguinte, ao Conselho Fiscal, o qual, em 30 (trinta) dias emitirá o seu parecer, submetendo-o ao Conselho de Administração.

10

**CARTÓRIO LUIZ**  
RUA DEODORO, 159  
Autentico a presente fotocópia por ser uma  
cópia fiel do documento original que me foi  
entido, com o qual conferi do que dou fé

**SELO DE FISCALIZAÇÃO**

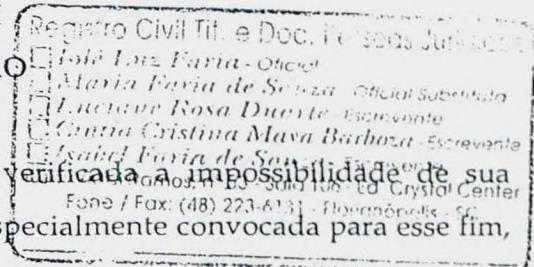
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Florianópolis 13 JUL 2001

Neivisa de Luz Schmidt Souza  
Escrevente Notarial

Nº AFT 41315

CAPÍTULO VII  
DA DISSOLUÇÃO



ARTIGO 34 - O INSTITUTO será dissolvido se verificada a impossibilidade de sua continuidade, por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação.

ARTIGO 35 - No caso de dissolução do INSTITUTO, será deliberada pela Assembléia Geral a forma como seus bens e direitos serão revertidos a entidades privadas, cujos objetivos sejam os mais coincidentes possíveis com a finalidade estabelecida no Artigo 2º deste Estatuto e que estejam previamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, ou em outra entidade pública.

ARTIGO 36 - Os membros da Diretoria, do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e os sócios-mantenedores não respondem, pessoalmente ou com seus próprios bens, seja solidária, seja subsidiariamente, por obrigações ou compromissos assumidos pelo INSTITUTO.

CAPÍTULO VIII  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 37 - O INSTITUTO não distribuirá aos membros da Diretoria, a seus sócios-mantenedores ou dirigentes em geral, sob nenhuma forma ou pretexto, lucros, bônus ou vantagens pecuniárias.





ARTIGO 38 - Este Estatuto poderá somente ser alterado por proposta que obtenha o voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração.

ARTIGO 39 - Nos casos omissos ou duvidosos serão aplicadas as disposições legais pertinentes.

Registro Civil Tit. e Doc. Pessoas Jurídicas  
Iolê Luz Faria - Oficial  
Maria Faria de Souza - Escrivã  
Cristina Cristina Maya Barboza - Escrivã  
Rua Vidal Ramos, nº 53 - Sala 106 - Ed. Crystal Center  
Fone / Fax: (48) 223-6131 - Florianópolis - SC

Santa Catarina, 17 de agosto de 2000

CARTÓRIO  
LUZ

*[Handwritten signature of Alice Kuerten]*

Alice Kuerten

*[Handwritten signature of Aldo Brito]*

Cooperativa de Pais Amigos e Portadores de Deficiência  
Aldo Brito  
Presidente

REG. CIVIL TIT. E DOC. PESSOAS JURÍDICAS  
1º SUB-DISTRITO  
FLORIANÓPOLIS - SC  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
SELO DE FISCALIZAÇÃO  
Nº ACM57919

Visto do Advogado:

*[Handwritten signature of Sergio André Rocha Gomes da Silva]*  
Sergio André Rocha Gomes da Silva  
OAB/RJ nº 400.615

Testemunhas:

*[Handwritten signature]*  
Nome: JONAS EDUAR MELLO DOS SANTOS  
CPF/ME nº: 077959989-68  
Identidade nº: 278125

*[Handwritten signature]*  
Nome: ALFARO DUARTE DE MIRANDA  
CPF/ME nº: 534.870.527-68  
Identidade nº: 4.670.325-3

estatuto social final

CARTÓRIO LUZ  
RUA DEODORO, 140  
Autentico a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do documento original que me foi apresentado com o qual conferi, do que dou fé.

Florianópolis, 13 JUL 2001

*[Handwritten signature]*  
Heloisa da Luz Schmitt e Silva  
Escrivente Notarial

Registro de Títulos e Documentos/R.C.Pessoas Jurídicas  
Oficial: Iolê Luz Faria  
Oficial Maior: Maria Faria de Souza  
Rua Vidal Ramos, 53 sl 106 CEP 88010-320 Fpolis/SC  
Protocolado Sob o nº 151888 no livro A-13  
Registrado Sob o nº 006242 às fls 242 no livro A-33  
Florianópolis, 21/08/2000  
Emol.: R\$ Isento  
Selo.: R\$ 0,40

0 Oficial  
*[Handwritten signature]*  
Luciane Rosa Duarte  
Escrivente

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
SELO DE FISCALIZAÇÃO  
Nº AFT 41311

## **ANEXO B**

### **Modelos de Planos de Trabalho Semanal**





## FICHA DE PLANEJAMENTO SEMANAL

**Título do Projeto:**

**Sub-tema:**

**Semana:**

COMPETÊNCIAS	CONTEÚDOS	METODOLOGIA/ RECURSOS	AVALIAÇÃO

### Atividades por área:

ESPORTES COMPLEMENTARES	TÊNIS	PEDAGOGIA	PSICOLOGIA	NUTRIÇÃO	GINÁSTICA OLÍMPICA
<u>Terça ( manhã):</u>	<u>Terça ( manhã):</u>	<u>Terça ( manhã):</u>	<u>Quinta (manhã):</u>	<u>Terça (tarde):</u>	<u>Quinta (manhã):</u>
<u>Terça ( tarde):</u>	<u>Terça ( tarde):</u>	<u>Terça ( tarde):</u>			
<u>Quarta (Adolescente):</u>	<u>Quarta (Adolescente):</u>	<u>Quarta (Adolescente):</u>	<u>Quinta (tarde):</u>	<u>Sexta (manhã):</u>	
<u>Quarta (7 a 14)</u>	<u>Quarta (7 a 14)</u>	<u>Quarta (7 a 14)</u>			<u>Quarta (tarde):</u>
<u>Quinta ( manhã):</u>	<u>Quinta ( manhã):</u>	<u>Quinta ( manhã):</u>			
<u>Quinta (tarde):</u>	<u>Quinta (tarde):</u>	<u>Quinta (tarde):</u>			
<u>Sexta (manhã):</u>	<u>Sexta (manhã):</u>	<u>Sexta (manhã):</u>			
<u>Sexta (tarde):</u>	<u>Sexta (tarde):</u>	<u>Sexta (tarde):</u>			

Objeto: \_\_\_\_\_  
Sub-tema: \_\_\_\_\_

Área: \_\_\_\_\_  
Período: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ à \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Área	Atividades	Turno		Competências	Metodologia	Materiais
		M	V			
A D O L E S C E N T E S						



## **ANEXO C**

**Projeto educativo interdisciplinar “Olimpíadas 2004: União das Nações”**

# PROJETO EDUCATIVO



## *OLIMPIADAS 2004 - UNIÃO DAS NAÇÕES*

### OBJETIVOS

#### OBJETIVO GERAL

Vivenciar o espírito olímpico nos âmbitos sociais, culturais, educativos e esportivos.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a história olímpica;
- Apresentar e vivenciar os esportes olímpicos diferentes da cultura esportiva brasileira;
- Apresentar as paraolimpíadas e os aspectos que a envolvem;
- Relacionar os valores olímpicos e a cidadania;
- Promover a pesquisa da biografia dos ídolos olímpicos;
- Acompanhar o dia-a-dia das olimpíadas (notícias);
- Demonstrar o dia-a-dia de atletas olímpicos;
- Estudar os símbolos olímpicos.

### CONTEÚDO

- Histórico olímpico;
- Esportes olímpicos;
- Cultura da globalização;
- Valores olímpicos;
- Símbolos olímpicos:



- Biografia dos atletas;
- Convivência das diferentes culturas;
- Pessoas com necessidades especiais – paraolimpíada.

## **ESTRATÉGIAS**

- Dinâmicas de grupo
- Jogos cooperativos
- Roda pedagógica
- Artes cênicas
- Apresentação de vídeos
- Atividades de recorte de jornais e revistas
- Produção de textos
- Pesquisa em jornais, livros e revistas
- Prática de esportes
- Atividades recreativas
- Passeios em locais onde os educandos entrem em contato com os temas abordados
- Jogos de construção
- Relatórios
- Entrevistas
- Filmagens das ações
- Produção de um jornal

## **DISSEMINAÇÃO**

Publicação de eventos do projeto no site [www.igk.org.br](http://www.igk.org.br), relatórios de passeios, socialização dos diários das turmas, apresentação das produções (artísticas, culturais, etc.) na comunidade.

## **MATERIAIS**

- Revistas, jornais
- Internet
- Livros
- TV e vídeo cassete

## **ANEXO D**

### **Crêterios de avalia o semestral dos Projetos Esportivos do IGK**





# Avaliação Semestral dos Projetos Esportivos do IGK

Ações	Conceitos			Sugestões de estratégias de resolução		
	Bom	Pode melhorar	Deve mudar	O quê?	Como?	Quem?
<b>Coordenação</b>						
1. Comunicação equipe/coordenação						
2. Reuniões						
3. Visitas no projeto						
4. Colaboração nas ações do dia-a-dia						
5. Capacitação técnica						
6. Programação de eventos						
<b>Educadores</b>						
7. Relação interpessoal entre os educadores						
8. Relação com os educandos						
9. Comunicação entre educadores						
10. Capacidade de rendimento do seu potencial						
11. Domínio técnico específico da área						
12. Domínio técnico da TSE						
13. Criatividade						
14. Satisfação pessoal com o trabalho						
15. Oportunidade de crescimento pessoal						
16. Oportunidade de crescimento profissional						
<b>Observações:</b>						

Ações	Conceitos			Sugestões de estratégias de resolução		
	Bom	Pode melhorar	Deve mudar	O quê?	Como?	Quem?
<b>Educandos</b>						
17. Relacionamento interpessoal entre eles						
18. Nível de motivação						
19. Participação						
20. Cooperação						
21. Comportamento						
22. Cuidados pessoais						
23. Interesse na aprendizagem técnica						
24. Aprendizagem oral, escrita e leitura						
25. Capacidade de produção						
26. Auto-estima						
<b>Projeto</b>						
27. Questões administrativas						
28. Comunicação entre projeto/escola						
29. Comunicação com as famílias						
30. Infraestrutura do local do projeto						
<b>Projetos IGK</b>						
31. Integração dos educandos dos projetos						
32. Trocas entre educadores dos projetos						
33. Disponibilidade de materiais pelo IGK						
<b>Observações:</b>						